



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

A T A nº 05/2022

Aos trinta de maio de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal do Seixal, na sua **3ª sessão extraordinária de 2022**, nas instalações dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, presidida por Alfredo José Monteiro da Costa e secretariada pelo 1º Secretário, Américo Augusto de Oliveira da Costa, e pela 2ª secretária, Vanda Patrícia Machado Correia Carvalho, com a seguinte Ordem de Trabalhos, divulgada pelo edital nº 15/2022, de 26 de maio.

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

III.1. Ata nº 1/2022 - 1ª Sessão Ordinária, de 25 de fevereiro de 2022. **Aprovação.**

III.2. Ata nº 2/2022 - 1ª Sessão Extraordinária, de 10 de março de 2022. **Aprovação.**

III.3. Delegação de Competências do Município para os Agrupamentos de Escolas/ Escolas Não Agrupadas. Minutas de protocolos. **Aprovação.**

Estiveram presentes, para além dos membros da Mesa:

Da CDU: António José Falé Godinho Soares, Armando da Costa Farias, Carlos Alberto de Sousa Pereira, Fernando Júlio da Silva e Sousa, Manuel António Rosado Janeiro, Manuel Francisco Guerreiro, Maria João Fortes de Matos Louro, Maria Manuela Palmeiro Calado, Nuno Filipe Oliveira Graça e Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa.

Do PS: Anabela da Conceição Gomes, Fátima Aidil Soares de Carvalho, Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas, Joaquim Gomes Carvalho Cabral, José António Geraldês Dias Ramos, Pedro Miguel Pereira dos Santos, Rui Miguel Santos Brás, Samuel Pedro da Silva Cruz, Sérgio Miguel Carreiro Ramalhete, Telma Cristina Lopes de Lima e Tomás Baptista Costa dos Santos.

Do PSD: David Miguel Martins, Maria Luísa Marques da Gama e Rui Miguel Lança Belchior Pereira.

Do BE: Isabel Maria Filipe da Cruz e Mário André Pinheiro de Magalhães Macedo.

Do CH: Nuno Emanuel Monteiro Capucha.

Independente: Henrique Martins Rodrigues

Independente: Soraia Raquel Pereira da Silva Rosário.

Do PAN: Ivo Filipe Baptista Gomes

Estiveram ainda presentes os Presidentes das Juntas de Freguesia de Amora, Corroios, Fernão Ferro e União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires, respetivamente, Manuel Ferreira Araújo, Hugo Ricardo Monteiro Constantino, Rui Miguel Pereira Santos e Maria João Filipe Costa.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

Para além do Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Cesário Cardador dos Santos, estiveram presentes os seguintes Vereadores: Paulo Alexandre da Conceição Silva, Maria João Varela Macau, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Eduardo Manuel Rodrigues, Miguel Ferreira Feio, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Nuno Miguel dos Anjos Sousa Moreira, Bruno Miguel Machado Vasconcelos e Henrique José Livreiro Viçoso Freire.

A Sessão teve início cerca das 20:41.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Boa noite, a todos, e a todas, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores e vereadoras, cumprimento à mesa, o senhor primeiro secretário e a segunda secretária, cumprimento também os membros da Assembleia Municipal, cumprimento também a população que está connosco nesta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, e o cumprimento aos nossos trabalhadores da Assembleia e da Câmara Municipal. Vamos dar início à nossa sessão. É a 3.ª sessão extraordinária 2022, e dizer-vos que, dar-vos uma primeira informação, em relação às substituições da assembleia municipal de hoje. Na CDU – Rafael Louro, por Manuel Guerreiro, Luís Miguel Ventura por Manuel António Rosado Janeiro, em virtude de Maria Odete Filipe, e Hernâni Magalhães, terem também solicitado a sua substituição. Catarina Teixeira, por António Soares, em virtude de Maria Júlia Freire ter também solicitado a sua substituição. Do PS: Ana Jorge, por Anabela Gomes, em virtude de Diamantino Moreira ter também solicitado a sua substituição, e João Leal, pelo Pedro Santos. Começamos a sessão com o período de intervenção da população,

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vou dar a palavra à Sra. Ana Viana. Dirija-se aqui ao microfone, se faz favor. O tempo regimental é, no limite, de 5 minutos, para estas intervenções. Faça o favor.

Ana Viana, disse: “Boa noite. Eu sou Ana Viana, moradora em Fernão Ferro, há 19 anos, e estou aqui esta noite, e posso considerar que é 2.ª vez, estivemos cá em 2015, e venho cá para saber quando é que tenho o problema da pressão de água resolvido? Eu estive na Escola dos Morgados em 2017, o Sr. Vereador Joaquim Tavares, prometeu à população que o problema ia estar resolvido. Continuamos a aguardar, e eu não tenho pressão de água, estiveram lá os técnicos há duas semanas, estiveram a medir a pressão e tenho um (Impercetível) e não chega para ligar o esquentador no andar de cima. A minha casa foi comprada em 2003, numa rua alcatroada, portanto, pago os esgotos, tenho tudo direitinho. Não é de génese ilegal, é uma casa, uma moradia simples, normal, e há 19 anos que estou à espera de ter igualdade de direitos, que é o direito a tomar um banho decente no andar de cima. Acho que é triste ao fim de 19 anos, eu vir aqui falar sobre a água que é um bem essencial a todos os cidadãos que pagam impostos. Obrigada. Boa noite.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Boa noite, também. Tem a palavra a Sra. Ana Lino. Faça o favor.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

Ana Lino, disse: “Boa noite. Eu sou moradora da Rua dos Pacatos – Lote 7 – Fernão Ferro Marco do Grilo, e pretendia saber porque é que nunca me foram respondidos por *e-mail*, e carta registada, a uma denúncia / reclamação que fiz sobre as obras no Lote 3, na Rua dos Pacatos, feitas desde 2019, até hoje. Boa tarde.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Boa noite. Tem a palavra a Sra. Isabel Soares Palma. Faça o favor.”

Isabel Palma, disse: “Boa noite. Eu não sou residente em Fernão Ferro, mas estou a habitar há algum tempo a casa da Sra. Ana Lino, e tenho sido testemunha, nos últimos tempos, de obras feitas numa varanda, uma alteração de fachada, no Lote 3, da Rua dos Pacatos. Tem sido solicitada a esta Câmara, vários pedidos de informação que nunca foram dados por escrito. Entretanto, penso que a pessoa responsável da fiscalização desta Câmara foi, sem marcação prévia, ter à residência da Sra. D.ª Ana Lino, na qual eu estou lá a habitar no momento. Entretanto, tinha sido previamente avisado que se quisessem alguma reunião com a Sra. Ana Lino deveriam, pelo menos, marcar longe da residência, uma vez que o conflito que existe é de vizinhança. O que é que acontece? Acontece que esses senhores da Câmara Municipal do Seixal, vão à residência da minha amiga, e eu falo por eles. Entretanto, aparece a vizinhança para entrarem em conflito da conversa. Esta situação está-nos a deixar em algum risco de integridade, e até possivelmente física, visto que depois até houve discussão à qual nós não contribuimos para ela. Só gostaríamos de saber é quando, e se a Câmara Municipal do Seixal, e eu como cidadã portuguesa pretendo saber, vai dar-me uma resposta por escrito, tal como foi solicitada. Muito obrigada.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Boa noite. Obrigado, também. Terminadas as intervenções da população, as inscrições para hoje, e tem a palavra o senhor Presidente da Câmara. Faça o favor, Senhor Presidente.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito obrigado, senhor presidente da Assembleia Municipal. Os meus cumprimentos a si, à mesa, e a todos os elementos da assembleia municipal, à população presente, aos nossos trabalhadores. Agradecer à população que aqui se dirigiu, à Assembleia Municipal, volto a referir que é muito importante que existam órgãos governativos, executivos, como quisermos, que estejam disponíveis para ouvir a população, e terem um espaço na Assembleia Municipal este espaço existe, é este que foi utilizado na Câmara Municipal, de 15 em 15 dias, para além de todos os outros fóruns de participação em que estamos. Sobre a primeira questão colocada, da pressão de água em Fernão Ferro, podemos dizer que estamos muito perto de conseguirmos resolver o problema que tem a ver com a falta de altura de um depósito elevado, em Fernão Ferro. O depósito elevado está à mesma quota, há cerca de 50 anos, ou seja, dá a mesma pressão há 50 anos. O que é que a Câmara Municipal fez? A Câmara Municipal constituiu uma reserva de 6000 metros³, que, neste momento, está disponível, criou grupos hidropressores, ou seja, grupos bomba, sistemas de bombagem, que permitem colocar esses 6000 metros³ no depósito elevado, e também permitem que uma parte dessa água seja elevada a uma quota superior ao depósito elevado, mas para o fazermos, precisamos de individualizar a rede que está



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

na envolvente da zona mais alta de Fernão Ferro. Ou seja, esse material está, neste momento, em aquisição para se poder fazer essa obra, que constituirá a terceira fase e última de intervenção da Câmara Municipal, sendo que a primeira foi a construção de um centro distribuidor de água a segunda, foi a realização de um depósito elevado, e a terceira é a separação da rede, podemos chamar assim, da rede do patamar mais alto de pressão, com toda a outra rede que é, digamos assim, 80% / 90% da população de Fernão Ferro. Por isso, eu penso que este ano a situação ficará resolvida com a nossa intervenção, mas gostava só de referir um aspeto, que é um aspeto técnico, mas de todo o modo, vale sempre a pena nós vermos que havia formas de resolver o assunto. Em primeiro lugar, quando se licencia uma habitação, um dos projetos de especialidade que é obrigatório, é exatamente o projeto de abastecimento de água. E o projetista, ou o técnico responsável desse projeto, deve aferir se as condições de pressão existem, fazendo uma conta simples: entre a quota do depósito, a quota em altura, não é, e a quota da habitação do primeiro piso. E se essa diferença não for suficiente para garantir a pressão necessária, por exemplo, 10 metros de coluna de água equivale a 1kg de pressão, ou a um (Impercetível). Portanto, se isso não for garantido, então existe um sistema individual, que é um sistema hidropressor individual, que se coloca nas habitações para resolver esse problema. Portanto, para explicar que, de facto, mesmo que a rede pública não garanta as condições de conforto máximas, ou necessárias, para que se consiga atingir esse nível, é sempre possível, desde que o técnico o preveja, colocar na moradia um sistema de hidropressor individual que coloque a pressão nos níveis adequados. Estou só a dizer isto para esclarecer que a Câmara do Seixal está, e vai resolver o assunto, evidentemente, assim que essa intervenção for concluída, e esse sistema hidropressor do patamar mais elevado for colocado em funcionamento, mas era possível resolvê-lo de forma mais célere, individualmente, e depois assim que a Câmara resolvesse tirava-se esse dispositivo. Segundo lugar: sobre as outras questões colocadas, sobre o mesmo tema, de facto, presumimos que se trata duma questão relacionada com a fiscalização municipal e urbanismo, e eu depois iria pedir... nós não temos aqui o número do processo, não temos nenhuma identificação, e eu iria pedir à senhora vereadora do urbanismo, que está aqui a meu lado, a vereadora Maria João Macau, que falasse com as duas senhoras que intervieram, para que se pudesse inteirar do número do processo, pelo menos, para que nós possamos identificá-lo na Câmara Municipal, para que possamos também tratar junto da divisão de fiscalização e da área do urbanismo, para, de facto, dar a resposta que é devida às senhoras. Agradecer, uma vez mais, à população que aqui veio colocar questões, e estamos sempre disponíveis para esclarecer. Muito obrigado senhor presidente.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara.”

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Terminado o período de intervenção da população, passamos para o período de antes da ordem do dia, com um conjunto de documentos que os senhores eleitos têm na vossa posse.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

II.1. O Grupo Municipal da CDU apresentou um Voto de Pesar por Paulo Gil, subscrito por Maria João Louro.

(Documento anexo à ata com o número 1).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “O primeiro é um voto de pesar da CDU por Paulo Gil, e tem a palavra a Maria João Louro, faça o favor.”

Maria João Louro da CDU disse: Boa noite a todos. Paulo Gil, figura histórica do Jazz em Portugal, morreu no passado dia 11 de maio, as 84 anos, em sua casa. Nascido em Lisboa, a 08 de novembro de 1937, começou a interessar-se pelo Jazz nos anos 40, ainda criança por influência do pai. Ouvia as rádios: Voice of America, e BBC de Londres, não só pelo Jazz, mas também pela música erudita. Estudou na Academia de Amadores de Música, e teve aulas de bateria de percussão, com o Luís Sangareau dentro dos primeiros bateristas de Jazz em Portugal. A sua ligação ao Seixal fez-se através do Seixal Jazz, como co-produtor e diretor artístico, desde a sua criação em 1996 até 2013. A ele se deveu a passagem pelo Seixal de alguns dos mais destacados nomes do Jazz nacional e internacional, fazendo deste festival pioneiro na divulgação do Jazz no país, a referência cultural que o mesmo viria a ser. Em 2021, pela passagem do 25.º aniversário do Seixal Jazz, o município do Seixal, atribuiu-lhe a medalha de mérito cultural. No âmbito da sua morte, e reconhecendo o valor e o inegável contributo de Paulo Gil, para a divulgação do Jazz e a descentralização cultural, a Assembleia Municipal do Seixal reunida em plenário, no dia 30 de maio de 2022, delibera: 1 – aprovar o voto de pesar pela morte de Paulo Gil. 2 – Expressar à sua família e amigos, bem como à direção e aos sócios do Hot Club as sentidas condolências da Assembleia Municipal do Seixal. Ponto 3 – Guardar um minuto de silêncio em sua memória. Os eleitos da CDU.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Eu pergunto em relação a este voto de pesar se há alguma intervenção, não é? Não havendo, colocamos à votação. O voto de pesar foi aprovado por unanimidade, e vamos guardar 1 minuto de silêncio.

Aprovada a Tomada de Posição nº 41/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e sete (37) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Obrigado a todos e a todas. Passamos para o documento seguinte, e é do PS – “Documentação, adesão a municípios solidários com as vítimas de violência doméstica”, e é subscrita pela Isabel Antas.

II.2. O Grupo Municipal do PS apresentou uma Recomendação: “Adesão à Rede de Municípios Solidários com as Vítimas de Violência Doméstica”, subscrita por Isabel Antas.

(Documento anexo à ata com o número 2).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Então Isabel Antas, se faz favor.

Isabel Antas, do PS, disse: “A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género decidiu, e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, assinaram a 05 de Fevereiro de 2019, o protocolo de cooperação – “Municípios solidários com as vítimas de violência doméstica”, que vem substituir o protocolo assinado em 2012, entre estas duas instituições, inscrito o plano de ação para a prevenção e o combate de violência doméstica contra mulheres e a violência dentro e integrada na estratégia nacional para a igualdade e não discriminação 2018 / 2020 – Um Portugal mais igual. Em 308 municípios portugueses 168 já aderiram à rede dos municípios solidários. O Seixal ainda não consta desta lista. Os objetivos estratégicos deste plano, contemplam a promoção do empoderamento das vítimas, bem como a criação e o reforço de medidas de ação positiva no acesso à habitação, contribuindo para a sua autonomização. Perante os novos desafios colocados deste novo plano de ação, pela nova geração de políticas de habitação, pretende-se então que os municípios tenham um envolvimento ativo na implementação duma política pública de habitação, em especial local e com respostas diferenciadas e articuladas. O protocolo permite agilizar o processo de autonomização e empoderamento das vítimas de violência doméstica, sinalizadas pelas respostas de acolhimento e emergência pelas casas de abrigo integradas na rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica e na qual o Seixal aqui neste âmbito da rede está integrado. Permitindo encontrar soluções que deem resposta às necessidades de habitação das vítimas quando retornam à vida na comunidade. A execução deste protocolo será assegurado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, e que, por sua vez, os municípios aderentes comprometem-se designadamente a incluir as vítimas de violência doméstica entre as suas prioridades, na atribuição de fogos de habitação social, ou, e de acordo com a sua opção, na avaliação da possibilidade de disponibilização de fogos que detenham no seu património para arrendamento a baixo custo. Atendendo à relevância desta problemática, é necessário garantir uma adequada articulação entre os serviços duma forma concertada, e de todas as entidades públicas envolvidas na execução deste plano. Este protocolo será estabelecido em parceria com a rede alargada, com as forças de segurança, o setor da justiça, a área da saúde, do emprego, educação... Deste modo, entendemos que a Autarquia do Seixal, não se pode alhear desta temática e, deste modo, deverá implementar uma política pública de habitação com expressão local e com respostas diferenciadas e articuladas no âmbito da rede nacional das vítimas de violência doméstica, mais conhecidas por (Impercetível). Porque é uma questão de cidadania, é uma questão de direito, é uma questão de democracia. Por proposta do grupo municipal do



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

Partido Socialista, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária a 30 de maio de 2022, recomenda que a Câmara Municipal do Seixal promova a adesão ao referido protocolo com o seguinte compromisso: incluir as vítimas de violência doméstica sinalizadas pelas respostas de acolhimento de emergência em casas de abrigo, nas suas prioridades de atribuição de fogos de habitação social, ou disponibilização de outros fogos que detenham no seu património para arrendamento a baixo custo. E na prestação do apoio às vítimas de violência doméstica, através dos seus serviços de ação social, e no âmbito das suas competências na procura de habitação no mercado de arrendamento. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Intervenções em relação a esta recomendação? Quem é que pretende intervir? Manuela Calado. Mais intervenções? Manuela Calado, faça o favor.”

Manuela Calado, da CDU, disse: “Obrigada. Boa noite. Cumprimento o senhor presidente, cumprimento todos os membros aqui presentes, vereadores, eleitos, a população que assiste a esta assembleia e também os trabalhadores que nos apoiam na realização desta assembleia. Agora, duas, ou três notas relativamente à recomendação que aqui foi apresentada pelo PS. Dizer que em julho de 2020, a Câmara aprovou, em reunião de Câmara, passo o pleonasma, uma proposta para adesão do município do Seixal à rede nacional de municípios solidários com as vítimas de violência doméstica. O facto do Seixal não estar mencionado na lista que está na SIG, nós também não sabemos porquê. Agora, foi aprovado, o protocolo foi assinado, isso eu tenho a certeza absoluta. E, portanto, dizer que esta recomendação, portanto, ela é uma recomendação, sem dúvida. Portanto, dizer que o trabalho que o município do Seixal tem vindo a fazer ao longo dos anos com a implementação dos planos municipais para a igualdade de género e de oportunidade que já vai na sua, portanto, vai-se iniciar o 4.º plano, e com o qual nós também temos trabalhado bastante, muito com a SIG. Dizer ainda que relativamente aos diferentes projetos e à implementação da estrutura de apoio à vítima, a Câmara é parceira, a associação que dinamiza, que é a promotora, é CRIAR-T, e a Câmara, assim como outros parceiros, como a saúde e outras entidades que fazem parte desta estrutura. E, portanto, dizer que, desde longa data que, o Seixal é uma referência nesta área, quer com a implementação dos planos, quer pelas boas práticas que tem vindo a fazer e dinamizando também, e o facto do Seixal ter também sido agraciado com os diferentes prémios que a SIG promove nesta área, nos diferentes municípios para a promoção da igualdade de género e de oportunidades. Portanto, a recomendação, ela é o que é, mas dizer que não fará muito sentido, considerando que já foi aprovada em reunião de Câmara, a adesão do Seixal a esta rede. Disse.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ora, mais intervenções? Quem é que pretende intervir mais? Fátima Carvalho, faça o favor.

Fátima Carvalho, do PS, disse: “Boa noite a toda a Assembleia, ao Senhor Presidente, e sintam-se todos cumprimentados. Trago o meu telemóvel na mão porque gostaria de vos fazer um convite. Por favor, acedam à página da Câmara Municipal do Seixal, e fazendo a pesquisa sobre o



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

atendimento às vítimas de violência doméstica no Seixal, e leiam, por favor, a informação que há mais de 1 ano se encontra na página. Para os que não querem perder tempo a fazê-lo, eu passo a ler – “informação a disponibilizar brevemente.” O site da Câmara Municipal do Seixal, é a primeira grande referência das portas às quais as vítimas devem bater. Não pomos em causa que existem estes protocolos, não pomos em causa que o Seixal pretende ser uma referência no combate à violência doméstica, seja ela qual for, mas a verdade é que muitos dos projetos e dos protocolos, não passam do papel. A informação não chega, e desafio eu aqui a Câmara a provar a forma como isto tem sido articulado. Se nem uma informação sobre os locais de atendimento são disponibilizados na plataforma, ou no site da Câmara. Obrigada

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma intervenção? Não. Então, tem a palavra o senhor vice presidente da Câmara. Paulo Silva, se faz favor.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito obrigado, senhor presidente da assembleia municipal. Sobre esta questão, dizer que a Câmara Municipal do Seixal assinou com a comissão para a cidadania e igualdade de género, em 30 de setembro de 2020, um protocolo em que, entre outros objetivos, tem o de prevenir e combater todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas, e violência doméstica, inclusive a violência no namoro e as práticas tradicionais nefastas, como a mutilação genital feminina, e os casamentos infantis precoces e forçados. Este protocolo foi feito no âmbito de três planos do governo, o plano de ação para a igualdade entre homens e mulheres 2018 / 2021, o plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, e o plano de ação para o combate da discriminação em razão da orientação sexual, a identidade, a expressão de género, e características sexuais 2018 / 2021. Dizer ainda que no âmbito da questão da violência doméstica, a Câmara Municipal do Seixal, juntamente com a CRIAR-T, desenvolve um trabalho nesta matéria através da estrutura de atendimento a vítimas de violência doméstica, trabalho que é articulado com outras entidades como a CPCJ, as entidades policiais e que está de acordo com toda a legislação em vigor. Ainda no âmbito do plano de habitação, temos na grelha de análise de habitação uma majoração para as vítimas de violência doméstica, e engloba a questão das pessoas ilegíveis a vítimas de violência doméstica. Portanto, não sei o que é que o Partido Socialista quer que a Câmara faça mais...

Samuel Cruz, do PS, disse: “Mais? Nem no site há informação!

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: “Está bem. Desculpe lá, vocês estão a fazer uma recomendação para aderirmos a uma rede da qual a gente já faz parte. Eh pá, desculpem lá. Ó senhor vereador, e senhor líder do PS, está a intervir o senhor vice presidente da Câmara e aqui na assembleia municipal mais ninguém intervém se eu não der a palavra. E, portanto, eu não vou voltar a dizer isto durante a assembleia. Senhor vice presidente da Câmara, se faz favor.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: “ Portanto, são os esclarecimentos que posso dar quanto a essa matéria. Muito obrigado.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia municipal disse: “ Sim, senhor. Obrigado. Tem a palavra a proponente se entender.

Isabel Antas, do PS, disse: “A questão aqui colocada não tem a ver com o facto do Seixal pertencer, ou não, à rede nacional das vítimas de violência doméstica, tem a ver com um protocolo. E eu gostaria, se assim for, e se existir, o protocolo que existe e que formaliza as questões relacionadas com os municípios solidários, no qual existe um compromisso escrito entre a Câmara, e a Associação Nacional de Municípios, para especificamente, não tem a ver com regras de atribuição e com regras de regulamento interno para a atribuição de habitações a vítimas de violência doméstica, mas a um compromisso de que aquelas situações são priorizadas. Portanto, é um protocolo diferenciado. Não tem a ver com planos de igualdade, não tem a ver com planos de não discriminação. E disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Antes de passarmos à votação há uma informação que eu não posso deixar de dar aqui 30 segundos, ou 10 segundos, porque há uma questão que tem de ser colocada corretamente. Os protocolos, e eu conheço este também, que a Associação Nacional de Municípios assina com entidades, quaisquer que sejam, mas neste caso entidades do governo, não vincula as Câmaras Municipais, na autonomia do poder local. A Associação Nacional de Municípios, representando os 308, e esperemos que a Assembleia Municipal do Porto, não aprove a saída – e isto é um comentário meu – porque é mau para o poder local, a saída do Porto, que está a ser noticiada, é mau para o poder local, e para a Associação Nacional de Municípios, enquanto associação representativa dos 308 municípios Portugueses. Pronto, mas dizer-vos que há autonomia do poder local de cada Câmara no país, e como é evidente, a Associação Nacional dos Municípios é uma associação representativa, e que representa legalmente, e representativa perante o governo, não é, tem esse estatuto legal, mas não dirige os municípios. Só um pequeno esclarecimento. Ora muito bem, vamos passar à votação. Vamos colocar à votação. Quem vota a favor levanta o braço. Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Portanto, esta proposta, esta recomendação... Peço desculpa, não perguntei quem vota contra. Quer dizer, eu pressupus, mas tinha que perguntar. Porque percebi que todos tinham votado até agora, não é, mas fica, naturalmente, a pergunta que tem de ser feita sempre. Portanto, esta recomendação foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do PAN, e dos eleitos independentes. Com a abstenção da CDU e do Chega. Pergunto se há alguma declaração de voto? Não há declarações de voto.

Aprovada a Tomada de Posição nº 42/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte (20) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezassete (17) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Então passamos para o documento seguinte que é do PSD, é uma moção pela criação, e implementação do portal autárquico da transparência no município do Seixal, e é subscrita pelo Rui Belchior. Tem a palavra, se faz favor.

II.3. O Grupo Municipal do PSD apresentou uma Moção “Pela Criação e Implementação do Portal Autárquico da Transparência no Município do Seixal”, subscrita por Rui Belchior Pereira.

(Documento anexo à ata com o número 3).

Rui Belchior, do PSD, disse: “De facto, esta proposta do PSD, já vem na linha um pouco do nosso vereador na última sessão de Câmara, entendemos, e já sei que alguns dos argumentos vão ser que já existe o portal do governo, base.gov para as contratações, etc... mas nós entendemos que isso não é suficiente, e que o Seixal deve ter um portal específico e exclusivo, de acesso aos municípios do Seixal. Não só para saberem das contratações, mas também para saberem onde é que são aplicadas, ou para onde é que são canalizadas as verbas do orçamento, para que entidades, para que associações, para que clubes, etc... Nós entendemos que, e atendendo que na administração pública um dos princípios basilares, é exatamente a da transparência, que é uma ferramenta essencial e imprescindível. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a este...? Armando Farias, se faz favor. “

Armando Farias, da CDU, disse: “Senhor presidente, antes de mais, pedia que não contasse o tempo, porque preciso dum esclarecimento. Porque a moção não remete nenhuma deliberação para a assembleia. Não sei se é um lapso na cópia que foi feita, mas precisava deste esclarecimento.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não tem no verso aí? Há, de facto, aqui... Bom, quer dizer, pode não estar na formalidade, mas diz – “Exortado, Executivo Municipal.” Devia dizer – A assembleia municipal “a tantos do tanto” delibera. É o formalismo da proposta que tem de cá estar.

Armando Farias, da CDU, disse: “Admito que deve ter sido na impressão que pudesse ter falhado, ou isso. É só para esclarecer isso, mais nada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Pelo que está dito pelo Rui Belchior, a falha foi não



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

estar cá, mesmo.

Armando Farias, da CDU, disse: “Então, só três, ou quatro comentários. Em relação à questão da transparência, quer o site da Câmara Municipal, em relação aos orçamentos, as atividades, etc... quer em projetos, o projeto – Seixal mais perto, o fórum Seixal, o portal do Seixal, o próprio modelo de participação da Câmara Municipal, que é de grande participação dos munícipes, discussão dos problemas com os munícipes, o fórum Seixal, portanto, tudo isso não faltam mecanismos, não faltam meios para que os munícipes de tudo aquilo que quiserem ter informação, têm ao seu dispor. Esta é a primeira questão. Aliás, também referir que se tem vindo a investir em serviços de maior proximidade com os munícipes, nomeadamente em relação às lojas de algumas freguesias. Lojas nas freguesias, mais perto dos municípios como é o caso de Miratejo, como é o caso de Fernão Ferro, como é o caso de Corroios. Agora, há aqui uma questão que é a seguinte: é que na moção, ao fim ao cabo, limita, parece-nos a nós, a questão da transparência, às contratações ao nível dos recursos humanos. E isto levanta a questão de saber o que é que se pretende com isto, porque até pode ser inconstitucional. Porque estamos a falar de questões que colidem com proteção de dados, e isso até pode ser inconstitucional. E, portanto, se pensarmos que por um lado a moção não tem pertinência em relação à questão que é levantada da transparência, e por outro lado tem este problema que pode colidir inclusivamente do ponto de vista inconstitucional. E por isso nós votamos contra, senhor presidente. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções em relação a esta moção? Ora, Mário Macedo. Quem é que pretende intervir mais? Não há mais pedidos de intervenção, é isso? Mário Macedo, se faz favor.

Mário Macedo, do BE, disse: “ Muito boa noite. Obrigado senhor presidente da mesa, senhores vereadores, senhor vice-presidente, o presidente da Câmara ausentou-se e não o posso cumprimentar, senhores deputados, e o público que está a assistir os srs. munícipes, e aos trabalhadores da Câmara, muito obrigado a todos. Ora bem, o Bloco de Esquerda acompanha todos os pedidos a favor de mais transparência, como é óbvio, nós sempre fomos a favor de mais e melhor transparência, que os dados sejam públicos e divulgados, para todos e todas nós, que seja fácil e acessível, através de um clique, dois cliques, ser possível nós vermos toda a atividade, aquela que é possível ver. A saúde, por exemplo, tem bons exemplos. Temos SNS transparência, entre outros, onde é fácil com alguns cliques, sabermos toda atividade que é feita pelo SNS, por isso não devia ser difícil a Câmara ter algo semelhante, desde que cumprisse a lei. Eu não sou jurista, não sei avaliar os limites legais, mas, com certeza, há espaço, e há espaço legal para algo semelhante aqui na Câmara. Eu pergunto, ou peço, apenas ao PSD, para, na parte deliberativa, para mudarem onde diz – “Munícipes contribuintes”, para ser só - munícipes. Porque nem toda a gente é contribuinte, e, se calhar, um menor, ou alguém que está a estudar também quer ter acesso, mas assim deixa de ser contribuinte, e não pode aceder a esta página. Obrigado



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não há mais pedidos de intervenção? Confirma-se? Tem a palavra o senhor vice-presidente da Câmara. Faça o favor.

O Vice-Presidente da Câmara Paulo Silva disse: “Boa noite a todos. Existe o portal de transparência municipal, onde são apresentados, e disponibilizados um conjunto de dados relativos aos 308 municípios portugueses, e onde estão todos os dados do município do Seixal. Portanto, o que querem será uma redundância. É um só para o Seixal pronto, não sei. Agora, tenho dúvidas, porque aqui mete todas as contratações ao nível dos recursos humanos. Contratamos 60 jardineiros, depois de um concurso público, querem o nome dos 60 jardineiros? Sai em Diário da República. Pronto. Eu não sei o que é que querem mais, mas pronto. Depois de terem aprovado a adesão da Câmara Municipal a um protocolo que ela já assinou diretamente com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, pronto, a gente já espera tudo.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mas sei, senhor vice-presidente... O senhor vereador... Só tem a palavra o senhor vice-presidente, ok. Eu não intervenho, mas atenção à divulgação, à saída pública de dados pessoais, e atenção ao que é que se entende sobre isso. Portanto, veja-se que dados é que tem o governo nesta matéria dos recursos humanos. Veja-se! Portanto, muita atenção a este tipo de deliberações numa matéria que é exclusivamente de recursos humanos. É o que está dito aqui na proposta. Atenção às questões constitucionais, e às questões dos direitos pessoais...

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “É. Está registado, e está registado aqui. Façam o favor. Estes 30 segundos... mas esta observação, eu tinha que a fazer. Ora, proponente Rui, se faz favor.

Rui Belchior, do PSD, disse: “Obrigado, senhor presidente. Sim, houve um lapso ali quando construímos o *e-mail*, de facto, falta um parágrafo, e queremos fazer constar a si, e à Assembleia Municipal do Seixal, reunida em sessão extraordinária, portanto, já sabem, e creio que isso também não é fundamental. Bem, relativamente àquilo que referiu aqui o eleito Mário Macedo, nós concordamos. Também retiramos a expressão, ou a palavra – contribuintes. Também estamos de acordo. Depois, dizer o seguinte... vamos lá ver. Nós centramo-nos naquilo que bem entendemos. Eu fui claro em explicar antecipadamente, que o grande propósito deste portal não se cingia, ou melhor, era uma lateralidade a questão das contratações, porque elas já existem no base.gov, foi isso que eu disse, e talvez não me tenha feito explicar. E, portanto, o que nós pretendíamos era, designadamente saber, ou os munícipes saberem, para onde é que vão as verbas dos cento e onze milhões, designadamente para o movimento associativo. E é preciso dizer isto aqui com frontalidade. Para o movimento associativo. E eu repito. Foram agora vinte e tal entidades, digamos assim, contempladas com verbas, e os munícipes têm o direito de saber qual é esse valor, e já agora, os períodos dessas contemplações. E, portanto, este portal da transparência autárquica, visava sobretudo isto. E está aqui escrito. Aliás, deixem-me ler – “Bem como todas as atribuições de verbas, e as respetivas entidades, que delas são beneficiárias.” E é esta a essência. E já agora termino dizendo o seguinte: nós já sabemos que agora estamos num período em que há



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

assim uma espécie de desculpas para tudo. Uma delas é a proteção de dados. Qualquer coisa... - Não podemos. Proteção de dados. Proteção de dados. Como se nós aqui com isto entendêssemos violar algum normativo. É a proteção de dados, é o Covid, é a guerra, agora estes três aspetos dão para tudo, e mais alguma coisa. E nós, isso não vamos admitir e somos muito objetivos. Nós pretendemos saber, é para onde vai o dinheiro, e porque é que aquela entidade, e a outra, receberam aquele dinheiro, e quanto é que foi? É uma coisa tão simples quanto isto, e acho que todos compreenderam. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação. Quem vota a favor, levanta o braço. Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Podem baixar. Portanto, esta moção foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do Chega, e dos eleitos independentes. A abstenção do PAN, e o voto contra da CDU. Declarações de voto? Quem é que pretende? Nuno Capucha.

Aprovada a Tomada de Posição nº 43/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte (20) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1

Dezasseis (16) votos contra dos eleitos do grupo municipal da CDU

Uma (1) abstenção do grupo municipal do PAN

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Nuno Capucha, se faz favor.

Nuno Capucha, do CH, em declaração de voto disse: “Boa noite a todos, sobretudo aqueles que se preocupam com as questões da língua portuguesa, e não querem usar linguagem inclusiva. O Chega acompanha o PSD nesta votação por dois motivos essenciais. 1.º – Na proposta que apresentamos aos eleitores, durante a campanha eleitoral, pedimos mais transparência, e propusemos mesmo, substituir o boletim municipal, por uma plataforma de prestação de contas. Transformar o boletim municipal, não numa ação de propaganda, mas numa plataforma de prestação de contas aos munícipes, divulgando coisas como balancetes, obras concluídas, e ainda por realizar, etc... E fiquei um tanto ao quanto pasmado, por ver aqui levantada a questão de proteção de dados, quanto a acompanhar no Facebook, o município do Seixal, no Facebook, vejo que foi lançado um jornal interescolar, pronto, foi criado um vídeo no Youtube, com fotos de crianças, e penso que isso terá sido, terão pedido autorização aos pais. E, portanto, se calhar, às vezes, as questões da proteção de dados, como já aqui foi dito, são um bocadinho elásticas. Disse.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma declaração de voto? Não. Então, passamos para o documento que é do Bloco de Esquerda, é uma moção – “A saúde no Seixal não pode esperar mais”, e é subscrita pelo Mário Macedo.

II.4. O Grupo Municipal do BE apresentou uma Moção- “A saúde no Seixal não pode esperar mais!”, subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.

(Documento anexo à ata com o número 4).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mário Macedo, tem a palavra, se faz favor.

Mário Macedo do BE disse: “A nossa moção é bastante simples. Até é uma pena ao final de 20 anos, continuarmos a vir aqui com moções deste tipo. Na realidade, o Hospital do Seixal, está previsto, está projetado há cerca de 20 anos, no orçamento de estado da primeira versão de outubro, chumbada para a segunda e foi aprovada agora, e houve uma quebra de trezentos milhões de euros, na rubrica que se chama – “Investimento estruturante em saúde”, nos quais os vinte e dois milhões que estavam previstos para o Hospital do Seixal, transformaram-se em apenas um milhão de euros, e o problema não se cinge ao Seixal mas a toda a população de Setúbal. Não há dotação, não há verba para as obras do Hospital Garcia da Horta, não há verbas para as obras do Hospital de Setúbal, e também não há verbas para as obras do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, e para isso, nós pedimos, o grupo municipal do Bloco de Esquerda, pede para que esta assembleia se pronuncie e expresse a sua preocupação com este motivo, e que o governo cumpra o protocolo assinado já desde 2009, e que sofreu uma adenda em junho de 2018, e nós esperamos que, finalmente, se cumpram esses protocolos. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Intervenções em relação a esta moção? Quem é que pretende intervir? Fátima Carvalho, se faz favor.

Fátima Carvalho do PS disse: “O Partido Socialista acompanha, obviamente, as preocupações do Bloco de Esquerda manifesta-a em relação a tudo o que diz respeito a investimentos na área da saúde, na área primordial para o desenvolvimento do país e do bem-estar de todos, no entanto, um breve comentário sobre a questão da dotação orçamental, o hospital do futuro o Hospital do Seixal. Indignados ficamos nós por ficarem indignados todos aqueles que se mostrem indignados com a forma como isto é dito, uma passagem de vinte milhões para um milhão. Nós sabemos que não é isto que está em causa, que um milhão de euros refere-se apenas à fase dos projetos, uma vez que estamos perante um orçamento para se cumprir em meio ano. Seria falta de honestidade política manter e insistir no orçamento de estado a dotação de vinte ou vinte e cinco milhões, que é o que corresponderá no total esta construção, sabendo que não é exequível e a questões pendentes que ultrapassam o próprio governo, que têm a ver com questões judiciais. Penso que todos aqui nesta sala saberão que a construção do Hospital encontrou um entrave muito grande que tem a ver com a impugnação de um concorrente na fase de adjudicação por se sentir preterido, e é preciso haver, primeiro a conclusão deste processo, para haver então, para que obra se concretize. Por outro lado, parece que a própria Câmara, também no seu orçamento, mostrou



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

sensibilidade para este obstáculo, faseando aquilo que é a dotação para a construção, a sua comparticipação nas infraestruturas. Para já é tudo. Obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? José Geraldês, faça o favor.

José Geraldês do PS disse: “A minha colega já falou em relação ao Hospital, eu vou ser muito breve e vou-me dirigir ao Mário Macedo, e já falei contigo, há pouco, sobre isso. Os trezentos milhões que falas aqui, resultam numa outra forma de cálculo. Eu, por acaso, estive atento à discussão da especialidade do orçamento de estado sobre a questão da saúde, e os vossos números não batem com os nossos. E, portanto, muito honestamente posso dizer-te, a ti, e aos restantes colegas, camaradas, que há aqui uma discrepância de valores. Nomeadamente, a ministra Temido, disse claramente que o orçamento do SNS foi aumentado em cerca de setecentos milhões para contratação de profissionais de saúde com vista à recuperação de assistência social. E, portanto, há aqui uma discrepância que depois podemos tirar a limpo. Eu vou-te fazer chegar a discussão na especialidade que houve na Assembleia da República, onde estive também – não está cá – e, portanto, há aqui uma discrepância de valores que nós não aceitamos e portanto nós não vamos viabilizar este tipo de proposta. Em relação ao Hospital não me vou pronunciar, porque não tenho dados sobre isso. Portanto, há aqui uma discrepância de valores que eu gostava que ficasse claro. E pronto, basicamente é isto. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Não há mais pedidos de intervenção? Confirma-se? Pronto, senhor vice-presidente, pretende intervir também?”

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: “O executivo municipal partilha muitas das preocupações expostas pelo Bloco nesta moção, mas também tenho que dizer que o Partido Socialista deve estar melhor informado antes de intervir. Porquanto não está nenhum processo judicial pendente relativo ao Hospital. Portanto, não é verdade o que a senhora eleita do partido socialista disse. Não está nenhum processo judicial pendente. Está bem?”

Samuel Cruz, do PS, disse: “Posso intervir?”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não. Agora já não pode intervir. Eu pergunto ao proponente Mário Macedo, se pretende intervir?”

Mário Macedo, do BE, disse: “Sim, muito rapidamente. Obrigado, senhor presidente. Muito agradeço a partilha de documentos oferecida pelo eleito Geraldês. Obrigado. Queria só responder também muito rapidamente à senhora eleita Fátima, que falou que o orçamento previsto para o Hospital era na ordem de vinte e cinco milhões de euros, mas, na realidade, não é. Estamos a falar numa obra que chega aos cinquenta e cinco milhões de euros, e aquilo que estava previsto também era uma obra em faseado. Estava previsto em três anos para cumprir este orçamento, no fundo, por muitas voltas que se dê, por muitas contas que se façam, contas diferentes, contas iguais, a realidade, no final, é esta: é que estavam previstos os vinte e dois milhões na altura, e agora foi aprovado um orçamento que apenas prevê um milhão de euros. Obrigado.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos colocar à votação esta moção. Quem vota a favor que levante o braço. Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Portanto, esta moção foi aprovada pelos votos a favor da CDU, do Bloco de Esquerda, do PAN, dos eleitos independentes, do Chega, e a abstenção do PSD e do PS. Certo? Alguma declaração de voto? Samuel Cruz, se faz favor.

Aprovada a Tomada de Posição nº 44 /XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte e dois (22) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quinze (15) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Samuel Cruz, se faz favor.

Samuel Cruz, do PS, em declaração de voto disse: “É uma palavra que decorre daquilo que foi a discussão. É lamentável a postura do senhor vice-presidente da Câmara. A postura de cooperação entre os órgãos entre a Assembleia e a Câmara, poderia indicar que explicava que muito recentemente houve uma decisão, e os elementos do Partido Socialista não sabem, nem tinham como saber. Agora, o facto, e aquilo que é importante para aqui é que até há muito pouco tempo, não sei quanto exatamente, e não tenho que saber também, o processo esteve parado, porque havia uma impugnação judicial segundo projetista, e que não se podia fazer nada. Agora temos 6 meses para fazer o projeto. Um milhão chega para pagar o projeto. É este o ponto em que estamos, e é isto que quero esclarecer. E, portanto, aquilo que tem de ser feito no Hospital do Seixal neste ano, não há falta de dinheiro no orçamento de Estado para o fazer. Colocá-lo lá para não ser executado, era um disparate, porque faz falta noutros sítios. Esse é a primeira nota. A segunda nota é que este orçamento deste ano para o setor da saúde são treze mil e quinhentos e sessenta e oito milhões de euros. É a maior dotação para o setor da saúde de sempre, que corresponde a um crescimento 5,6% daquilo que foi a execução orçamental provisória no ano passado, ou seja, em relação a tudo aquilo que se gastou no ano de 2021, o orçamento cresceu ainda 5,6%. Mas o orçamento de Estado, não se esgota nomeadamente na área da saúde naquilo que é a votação orçamental. Este orçamento de estado prevê também a dedicação plena no novo estatuto do SNS. Ao todo na saúde, para a contratação dos profissionais, algo muito importante, e reivindicado pelas comunidades. O



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

regime excecional em trabalho suplementar, em serviços de urgência, o que também é importante. A descentralização de competências na área da saúde, o financiamento, o respetivo fundo de financiamento de descentralização. Finalmente, tem uma continuação do reforço de sustentabilidade financeira do SNS. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Dois minutos. Mais alguma declaração de voto? Rui Belchior, faça o favor.

Rui Belchior, do PSD, em declaração de voto disse: “O PSD absteve-se, porque nós recusamos aquilo que consideramos o maior embuste à bandeira reivindicativa mais enganosa que esta população do Seixal tem sofrido ao longo destes 20 anos, se é que há 20 anos. E ficamos ainda estupefactos em saber que o governo do PSD de 2011, ainda é para aqui chamado. Portanto, olvidando o aspeto que eu tenho que estar sempre a dizer a mesma coisa, porque parece que as pessoas ainda não ouviram, que o país está numa pré banca rota, ou mesmo na banca rota, e com 11,2% de défice para resolver. Portanto, o PSD é que é o culpado. E aquilo que nós aqui ouvimos, sobretudo em 2015, daquela bancada ali do Partido Socialista, é verdadeiramente extraordinário. O problema é que a memória, pelos vistos, é demasiado curta. É que ia ser tudo resolvido. O Hospital, isso era seguríssimo, estava certo, estava assegurado. Eram as freguesias que iam ser repostas, etc... E, já agora, o PCP é cúmplice, foi cúmplice durante estes 6 anos, em que apoiou o governo socialista. Mas agora quando não apoia há que reivindicar. O Partido Social Democrata absteve-se, para não dizerem por aí, que é o que costumam fazer – “O Partido Social Democrata, é contra o Hospital.” Não. O PSD é a favor do realismo, daquilo que nós podemos dispor, daquilo que nós podemos, efetivamente fazer. Temos defendido uma política de Centros de Saúde. Já lá temos um, é o de Corroios. Já lá está um, e faltam ainda mais alguns. O de Paio Pires, o de Foros de Amora... Isso sim, é que devia ser a política de orientar a reivindicação da população, e a reivindicação dos órgãos autárquicos. Porque estar com estas fantasias, e eu recordo aqui um protocolo que foi assinado pelo ex-ministro Adalberto Campos, que é assim que ele se chamava, que como não deixou nada para a história, até tenho alguma dificuldade em lembrar-me dele. E eu lembro-me bem do que é que ele disse aqui. - O protocolo que foi para ali assinado, sem o boletim municipal, etc...

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Só tem 2 minutos.

Rui Belchior, do PSD, em declaração de voto disse: “É só concluir, e eu lembro-me o que é que disse aqui, vou repetir só para terminar, “Com papas e bolos se enganam os tolos” e foi isso que aconteceu e continua a acontecer, obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma declaração de voto? Nuno Capucha e depois Armando Farias



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

Nuno Capucha, do CH, disse: “O Chega votou favoravelmente esta proposta, embora discordando num aspeto em particular e é nesse aspeto que eu me vou centrar, que é nesta questão quando o Bloco critica a abertura de hospitais privados, e eu recorro aqui que o Chega defendeu nas últimas eleições legislativas, que nós pretendemos reformar o sistema nacional de saúde, sendo guiados por razões de eficiência, qualidade, análise de custo e benefício, e melhores práticas através de compromissos, concorrência equilibrada entre os setores público, privado e social. Avançámos até a hipótese duma generalização do modelo da ADSE que pudesse, como cidadão português, que os portugueses pudessem descontar e usufruir dos benefícios da ADSE, deixando talvez o serviço nacional de saúde para questões mais específicas, que realmente só o investimento público pode ajudar. Disse.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, Sr. Nuno Capucha. Muito boa noite a todos. Palavra para o Sr. Armando Farias.

Armando Farias, da CDU, em declaração de voto disse: “A CDU votou favoravelmente esta moção, em coerência com a posição que sempre tem tido de apoio às populações, na sua reivindicação, não só em relação ao Hospital, como de resto a outros equipamentos que são muito importantes para as nossas populações. Ao contrário do PS, e do PSD, que como se mostra aqui, não estão interessados em defender os interesses das populações. Obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado. Seria interessante que não dialogassem. Então este ponto está esgotado, e nós vamos passar para uma tomada de posição apresentada pelo senhor eleito do Chega, Henrique Rodrigues. Desculpe, peço imensa desculpa. O senhor eleito independente Henrique Rodrigues.

II.5 O Independente Henrique Rodrigues apresentou uma Tomada de posição- “Pelo recentramento do debate na Assembleia Municipal do Seixal em torno das matérias de interesse municipal e pela qualificação em geral dos trabalhos neste órgão representativo do município”.

(Documento anexo à ata com o número 5).

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “O senhor eleito independente Henrique Rodrigues, faça o favor.

O Independente Henrique Rodrigues disse: “Portanto, eu não vou ler o documento na íntegra, porque tiveram todos a oportunidade de ler. Tendo em conta alguns episódios que se passaram aqui e que vocês devem recordar com alguns dos protagonistas aqui presentes, vou ler só apenas 5 parágrafos. – “Considerando que...” E a tomada de posição é pelo recentramento do debate na Assembleia Municipal, em torno de matérias de interesse municipal, e pela qualificação dos trabalhos neste órgão representativo do município. – “Considerando que o livre exercício de mandato eleitoralmente obtido exige do seu titular o incremento da proximidade com a população do concelho e o progressivo reconhecimento no terreno dos reais problemas que a afetam, precede preferencialmente uma ponderada avaliação e correto tratamento das questões envolvidas, considerando que um membro da Assembleia Municipal do Seixal deve ter sempre presente que a função



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

dos eleitos é a contribuição para a resolução dos problemas do município, progresso e qualidade de vida da população, e não a conquista do poder pelo poder, porque este deve servir para aqueles fins, ao invés de servir para alcançar fins pessoais e / ou partidários, considerando de elevado interesse para a prossecução dos trabalhos, o clima de honestidade e eficiência no tratamento das questões... o devido respeito à Mesa da Assembleia, às suas decisões, devendo a relevância e a priorização das questões corresponder também à justa expectativa dos munícipes, para o mandato presente 2021 / 2025, no respeito, não submissão, note-se, pelos resultados eleitorais em que se baseia afinal a atual configuração e relação de forças na Assembleia Municipal. Considerando também que o livre, rigoroso e salutar direito do exercício do mandato configurando, de igual modo, o debate político, ajuda a formar e a expressar a vontade popular, e que a representação política nesta assembleia não se pode deixar capturar por outra linha de atuação que não a de conformação às regras de civilidade, e respeito por titulares de cargos políticos, ligado, evidentemente, aos partidos, tal como formal e materialmente a nossa democracia foi instituída e está constituída, contanto que tal facto não converta os deputados municipais em mero porta-voz dos seus aparelhos. Considerando que o membro da Assembleia Municipal não é um ser isolado no mundo, antes, pensa, move-se, atua, inserido na sociedade, demonstrando sensibilidade aos problemas e questões atuais, devendo ademais, e se assim achar por conveniente e necessário, pronunciar-se sobre tais assuntos, e / ou temáticas, apresentando moções e outras propostas a deliberação, é também avisado, salvo pela disciplina, de modo a que esta sensibilidade não se converta num hábito de dispersão, tomando-se assim de assalto a Assembleia Municipal do Seixal com temas pertinentes, mas laterais, de tal forma que os assuntos relevantes e respeitantes ao município, pareçam secundários, pela sua efetiva, fraca expressividade na ordem de trabalhos, nomeadamente em PAOD.” Consideramos que hoje foi uma assembleia diferente, focamos em período PAOD, realmente em questões que tem que ver direta, ou indiretamente com o município, portanto, foi assim uma coisa fora da caixa. Posto isto, a Assembleia Municipal do Seixal, reunida na 3.ª sessão extraordinária, delibera aprovar a seguinte tomada de posição conjunta, no sentido de autocritica da monitorização da sua atividade corrente, como corpo ou órgão representativo, solidariamente responsável, e responsabilizado na sua atuação perante os munícipes e a lei geral. O Membro da Assembleia municipal do Seixal, deve pugnar por centrar a sua atuação em benefício da população concelhia e no respeito pelo mandato eleitoralmente obtido, regulando-se pelo decoro, pela consideração interpares, pela não dispersão por assuntos, temáticas abordadas, que possam desvirtuar a natureza e o âmbito do mandato, conforme estatuído no número 1 do corpo regimental em vigor, salvaguardando-se assim a devida qualificação dos trabalhos, o préstimo do debate e o prestígio da instituição.” Obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado também, Sr. Henrique Rodrigues. Aceitam-se as inscrições.

Samuel Cruz do PS disse: “ Ponto de ordem.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “ Faça o favor, Sr. Samuel.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

Samuel Cruz do PS disse: “Eu queria marcar posição, e acho que da nossa parte o que é lido, não tem discussão nem votação.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Peço desculpa, que eu não tomei atenção.

Samuel Cruz do PS disse: “Eu estava a dizer a mesma coisa que o Paulo estava a dizer que era uma tomada de posição, não tem nem discussão, nem votação. É lida e a posição está tomada. Pronto.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Entende a mesa que a posição está tomada, há pessoas, há inscritos, e, naturalmente que assim for, estando a posição tomada, a discussão está prejudicada. Em ponto de ordem, faça o favor de usar da palavra. Em ponto de ordem.

Mário Macedo, do BE, disse: “Em ponto de ordem, sim. Porque na moção do senhor deputado Henrique Rodrigues, diz na parte deliberativa que – “A assembleia delibera aprovar a seguinte tomada de posição no conjunto.” Ou seja, isto é uma tomada de posição pessoal, mas pedindo para a assembleia tomar em conjunto a mesma tomada de posição. Por isso, eu acho que deve haver debate e votação. A não ser que o senhor deputado retire esta parte, e neste caso, passa a ser uma tomada de posição própria. Obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Senhor eleito Armando Farias.

Armando Farias, da CDU, disse: “É um ponto de ordem. Bem, eu acho que tem razão o eleito Samuel Cruz, e acho que tem razão também o Mário. Eu penso que o eleito Henrique devia esclarecer, não é? Ou é tomada de posição, e, de facto, não há votação, mas tem que alterar a parte deliberativa, ou então mantém a parte deliberativa, e nesse caso há discussão. Já se devia ter esclarecido.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Penso que a sugestão é dirigida ao senhor eleito Henrique Rodrigues, no sentido de poder alterar ou o título do documento, ou o sentido deliberativo. E nós decidiremos em função disso.

O Independente Henrique Rodrigues disse: “O objetivo é que seja discutido.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Eu não estou a ouvir. Se quiser explicar? Faça o favor.

O Independente Henrique Rodrigues disse: “Creio que se poderá mudar o título para moção, mantendo a parte deliberativa.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Vai ser discutido. Então, assim sendo, estavam inscritos: Armando Farias, Mário Macedo, pelo menos.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Então, Armando Farias, faça o favor.

Armando Farias, da CDU, disse: “Independentemente das intenções que estão presentes nesta moção, e queremos acreditar que são boas intenções, a questão é que não se pode regular,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

digamos, a ação pelos eleitos, pela assembleia como é evidente, não é? Nós, pela nossa parte, procuramos na nossa intervenção, discutir os problemas com seriedade, no interesse que é para as populações, como prestigiar os órgãos, nomeadamente a Assembleia Municipal, e tudo isso. E, portanto, é esse caminho que nós procuramos fazer em cada presença na Assembleia Municipal. Os outros falarão por si. Portanto, não podemos, naturalmente... não nos revemos nas considerações que são colocadas, e não podemos votar a favor. Pelo contrário, temos que votar contra. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mário Macedo, se faz favor.

Mário Macedo, do BE, disse: “Bem, o senhor eleito Armando Farias, já disse tudo. Realmente esta assembleia não pode votar um documento que depois vá condicionar a nossa própria atividade enquanto eleitos. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Ivo Gomes, se faz favor.

Ivo Gomes do PAN disse: “Resumindo este texto, esta moção, “eu acho que os deputados eleitos na Assembleia Municipal, deviam vir para aqui falar apenas e só dos assuntos que dizem respeito ao município do Seixal.” Concordamos todos com isso, mais ou menos. Só que depois num dos parágrafos, aqui atrás, diz, e cito – “Considerando que os membros da Assembleia Municipal exercem o cumprimento seu mandato.” Ou seja, na realidade, nós eleitos, vimos para aqui falar daquilo que quisermos e bem entendermos que são os interesses da população do Seixal, porque foi para isso que fomos eleitos. E, portanto, se nós achamos que as pessoas que em nós votaram têm interesse em ver um determinado tema aqui discutido, nós vamos falar dele. Seja o problema da água em Fernão Ferro, seja a guerra na Ucrânia. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Não há mais pedidos de intervenção? Pronto. É isso? Confirma-se? Então, há intervenções, ou não?

Samuel Cruz do PS disse: “É, mas não é naturalmente um ponto de ordem, tem a ver com a nossa organização interna, nós assumimos que era uma tomada de posição e não preparámos o sentido de voto desta, então pedia a interrupção dos trabalhos durante 1 minuto apenas para reunir a minha bancada e decidirmos o sentido de voto, é só isso, porque de facto nós não nos preparámos para isso achámos que era uma tomada de posição e não tínhamos que discutir nem falar, pronto é só isso.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Portanto, interrompemos é um direito regimental, e como tal 2 minutos é? portanto está interrompido por 3 minutos. Vamos recomeçar e tem a palavra o proponente se o entender, se faz favor. Tem a palavra o proponente.

O Independente Henrique Rodrigues disse: “Respondendo sumariamente ao que disseram aqui, como é óbvio, o objetivo não é condicionar a atuação de quem quer que seja. É de recentrar e de reenquadrar de acordo com o estatuído logo no número 1 do regimento desta assembleia. Nesta assembleia, cada um de nós, tem por missão, por obrigação, como todos sabem, e não quero ser a consciência da Assembleia, nem pouco mais ou menos, mas velar e lutar pelo bem-estar da



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

população do município, e lutar também pelo interesse do município. É só isso. É só nesse sentido. E tentar compatibilizar a condição de membro autónomo, ainda que pertencente a um partido, e a condição de membro solidário com os outros membros aqui da assembleia. Portanto, no fundo, é isso. O meu objetivo não é condicionar a atuação de ninguém. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Portanto, vamos colocar à votação. Quem vota a favor, levanta o braço. Podem baixar os, a favor. Ora, abstenções? Podem baixar. Quem vota contra? Vamos votar outra vez. Não, isto não é nenhuma proteção ao líder do PS. Que fique claro. Atrevam-se a votar duma maneira diferente. Do PS, eu já tinha visto há uns anos – e isto é uma graça – na siderurgia nacional, lembro-me bem do sítio, com votos a favor, abstenção e contra. Ora bem, vamos lá porque temos de contar mesmo. Quem vota a favor? Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Podem baixar. Ora bem, então a moção foi rejeitada, com votos a favor: 2 do PS, e 2 independentes. Depois abstenções: 7 do PS, e o PAN. Votos contra: CDU, PSD, Bloco de Esquerda, Chega, 3 do PS contra? (Está a haver muito PS, hoje) E isto dá 37? Ó senhor primeiro secretário, soma 37? Pronto. Isto está certo. Há uma declaração de voto? Tomás Santos, e depois Nuno Capucha, Rui Belchior, e Samuel.

Reprovada a Tomada de Posição nº 45 /XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Quatro (4) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1

Vinte e cinco (25) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 3
- Do grupo municipal da PSD: 3
- Do grupo municipal da BE: 2
- Do grupo municipal da CH: 1

Oito (8) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 7
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tomás Santos, se faz favor.

Tomás Santos, do PS, em declaração de voto disse: “Em primeiro lugar, esta declaração de voto, só me vincula a mim, como deu para ver pela votação. Mas a realidade é que isso é uma demonstração que os partidos não são caixas de ressonância nenhuma, e que as pessoas têm a sua opinião, mas também têm a sua organização. No meu caso, eu acho que, ou pelo menos, eu



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

acho que procurei perceber o sentido da tomada de posição, da moção, que é um bocadinho, e nisso eu estou de acordo, que é um bocadinho... primeiro que o debate seja qualificado, e segundo que se concentre nas questões essenciais do município, mas a realidade é que como o Ivo disse, e bem, isso é um conceito muito lato. E é difícil estar a limitar a opinião de cada um. Mas, sobretudo, porque mesmo tentando – acho eu – que foi essa a tentativa do eleito de não ser paternalista, a realidade é que havia algumas considerações pejorativas para os partidos, e permita-me - os partidos são essenciais à democracia, e é como é, não são organizações perfeitas e nunca serão, mas sem eles a democracia não existe, e a democracia, na minha opinião é necessária. Portanto, eu não poderia votar a favor. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Nuno Capucha.

Nuno Capucha, do CH, em declaração de voto disse: “Bom, naturalmente que o Chega não poderia deixar de votar contra. Neste país nós regemo-nos por leis, e nesta assembleia, temos também o regimento. Como o Ivo Gomes, num modo mais colorido disse – “Vivemos num país livre, dizemos o que queremos, e somos avaliados pelos eleitores, a cada quatro anos.” Não posso deixar, é inevitável, não posso deixar de registar esta fina ironia, que é ver escrito neste documento – “Respeito pelo mandato eleitoralmente obtido.” Recordando, claro que, cada voto do eleitor Chega foi concedido pela concretização dum programa partidário, com uma carga ideológica, e que talvez respeitar o mandato seja para um eleito do Chega, seja para um eleito de um outro partido, seja ceder o lugar a uma outra pessoa quando se deixa de concordar, ou quando se entra em rutura dentro do partido, sabendo que a população votou num rosto, num partido, e não em ilustres desconhecidos, no qual eu me incluo. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Rui Belchior, faça o favor.

Rui Belchior, do PSD, em declaração de voto disse: “Obrigado, senhor presidente. O Partido Social Democrata votou contra esta moção, pelo seguinte somatório de razões: 1.º – E devo realçar, aqui como nota prévia, que temos respeito pela reflexão do eleito independente, que fez um esforço e construiu um texto que, enfim, merecia lá está, a tal reflexão, que o PS ainda teve ali a oportunidade de fazer, mas, se calhar, ainda com mais tempo. E sem nenhum pejo de ironia, e estou mesmo a falar com franqueza merecia... e eu percebo até o objetivo. O objetivo era, digamos assim, disciplinar mais os trabalhos, etc... O problema com isso, é que nós não concordamos com nenhum aspeto cerceador da liberdade do exercício do mandato autárquico, e dos mandatos políticos, e, portanto, a pergunta que se impunha é quem é que, que entidade é que ia avaliar qual é o interesse municipal deste, ou daquele documento. Quem seria? Que espécie de exame prévio, ou de censura prévia, teria de ser feita, para admitir esta, ou aquela moção, quando isso, para nós, é absolutamente insuportável. E, portanto, não podemos secundar esta moção, neste sentido, com base neste tipo de apontamentos. E depois, de facto, é como disse o Tomás – “É paternalista.” Quer dizer, o que é que isto pretende? Que os autarcas andem aqui de cabeça baixa, enfim, que não se exaltem, de vez em quando? Isso faz parte do debate político, e eu não vejo nenhum problema nisso. É preciso haver debate para que se extraia desse debate ideias. É isso que se



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

pretende. Não contem connosco, e já dissemos isto várias vezes, para “curvar a espinha”, e para ter atos de subserviência ou de vassalagem. Não contem connosco para isso. Liberdade total. E, portanto, enquanto vierem documentos destes... E ainda há outra coisa, já agora, e só para terminar. Não é do interesse municipal a inflação, as taxas de juro, o aumento dos combustíveis? Isso não é do interesse municipal, não é do interesse dos munícipes do Seixal? Claro que é. Portanto, nós não vivemos numa bolha. Isto está tudo interligado, e eu estou à vontade, porque eu próprio já fiz esse tipo de análise, às vezes, desesperado...

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Rui, 2 minutos.

Rui Belchior, do PSD, em declaração de voto disse: “Só mesmo para terminar. Desesperado com o prolongamento dos trabalhos, porque nós, lá está, somos voluntários, e temos de trabalhar, mas, de facto, na verdade, chegamos sempre à mesma conclusão. Toda a liberdade ao mandato autárquico. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Samuel Cruz, se faz favor.

Samuel Cruz, do PS, em declaração de voto disse: “Esta declaração de voto, é um sim,mas... Ou seja, é um sim, um voto favorável, fundamentalmente porque acreditem, e eu não tenho nenhuma razão para duvidar, que esta tomada de posição, ou esta moção, o que lhe quisermos chamar, foi bem intencionada na sua elaboração. E, portanto, é nesse sentido, foi esse facto, que, fundamentalmente determinou o meu sentido de voto. Mas é um sim, mas... porquê? É um sim, porque, de facto, voto a favor da humanidade entre todos nós. Mas, gosto do debate político colorido, e não abduco sequer disso, o que não quer dizer que não faça com boa educação. Pode-se também fazer com firmeza e com alegria naquilo que são as nossas convicções, e não tem de ser, de todo, não subscrevo um debate político cinzento, e tão respeitoso das regras, que deixe de ser interessante. Primeiro lugar. É um sim, mas... porque também já aqui foi dito que devemos centrar, e fundamentalmente eu procuro fazê-lo, o nosso trabalho, e a nossa intervenção no Concelho do Seixal. Mas o Concelho do Seixal, também não é uma ilha, e aquilo que acontece à volta do Seixal, quer ao nível nacional, quer internacional tem aqui um influência que devemos trazer, mesmo aquilo que não é, diretamente, do concelho do Seixal, mas que nos afeta indiretamente. Eu comecei absolutamente alheio, e já aqui fui crítico, enfim... Eu tenho imenso respeito pela luta dos cidadãos da Palestina mas não acho, de facto, que o local serve para discutir a luta da Palestina. Por fim, e para dizer duas notas. A votação do Partido Socialista, é a prova de que o Partido Socialista é o partido da liberdade, e que não se deixa capturar por nenhum diretório. Aliás, no dia em que isso acontecer, eu seria o primeiro a sair. Última nota. E só me vincula a mim, porque as regras não são essas. Mas no dia em que eu sair do Partido Socialista, se eu vier a sair, e espero que não, mas se saísse eu também saía da Assembleia Municipal, porque quem foi eleito foi o Partido Socialista, e o Samuel não teria a mesma votação senão fosse sobre a marca do PS. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma declaração de voto? Não. Então, passamos para o documento seguinte, que é da eleita Soraia Rosário, independente, é uma



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

recomendação - “Cidades ainda mais inteligente.” Deve dentro do tempo disponível e com tolerância que podermos, não é, com mais uma tolerânciazinha, não é?

II.6. A Independente Soraia Rosário apresentou uma Recomendação: “Cidades ainda mais inteligentes!”.

(Documento anexo à ata com o número 6).

Soraia Rosário, Independente disse: “Eu vou tentar ser o mais sucinta possível. Espero que tenham tido a possibilidade de ler, por isso não faz sentido estar a ler, e vou então só concluir deixando um apelo, para que haja um esforço coletivo para ser mais resoluto em matérias como a da recomendação, e que se demonstre uma maior prossecução das mesmas. O futuro é tecnológico, e como tal quando aplicável, as soluções devem ser tecnológicas. Não gastei tudo. Obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Intervenções em relação a esta recomendação – “Cidades ainda mais inteligentes”? Quem é que pretende intervir? Não há intervenções, é isso, mais pedidos de intervenção? Confirma-se isso. Bom, não havendo... Ah! Samuel Cruz, faça o favor.

Samuel Cruz do PS disse: “O Partido Socialista irá votar favoravelmente quanto a este documento uma vez que é fundamental... como nós já aqui defendemos.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma intervenção? Não. Pergunto ao senhor vice-presidente se pretende alguma intervenção?

O Vice-presidente da Câmara Municipal disse: “Muito obrigado, senhor presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, também. A proponente já não tem tempo, e, portanto, não pode voltar a intervir, e sendo assim vamos colocar à votação. Quem vota a favor, levanta o braço. Podem baixar. Quem é que se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Portanto, esta recomendação foi aprovada com os votos a favor da CDU, do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do PAN, claro, dos eleitos independentes, e a abstenção do Chega.

Aprovada a Tomada de Posição nº 46/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

Uma (1) abstenção do grupo municipal do CH

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto? Armando Farias, se faz favor. Mais alguma declaração de voto? Faça o favor.

Armando Farias, da CDU, em declaração de voto disse: “Obrigado, senhor presidente. Nós votamos a favor desta moção, porque apesar da Câmara Municipal estar na dianteira das inovações tecnológicas, inclusive, está numa rede das cidades inteligentes, mas o sentido é positivo, e acho que é sensata a deliberação que diz que em cada caso vê-se na altura a avaliação daquilo que tecnicamente é mais viável. E, portanto, isto é o nosso sentido de voto. Obrigado, senhor presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Não há mais pedidos de declaração de voto, por isso do voto passamos para o documento seguinte.

II.7. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Saudação ao 10º Congresso do MURPI, subscrita por Fernando Sousa.

(Documento anexo à ata com o número 7).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “É da CDU – “A saudação ao 10º. Congresso do MURPI”, e é subscrita por Fernando Sousa. Tem a palavra, se faz favor.

Fernando Sousa, da CDU, disse: “Muito boa noite, senhor presidente, caros eleitos da Câmara Municipal, e os membros da Assembleia. Saudação ao 10.º Congresso Nacional do MURPI, os reformados, pensionistas, idosos e o movimento associativo, vão promover no dia 14 de junho, no Fórum Luísa Todi, em Setúbal, sobre o lema – “MURPI, força de abril”, agir em defesa dos direitos, reformados, pensionistas, e idosos, que consolidaram o movimento associativo, no seu 10.º congresso nacional. Os reformados, pensionistas, e idosos, vivem com grandes dificuldades sociais, financeiras, e de saúde, agravadas quer com a pandemia da doença de Covid 19, que os forçou ao isolamento, quer ainda pelos efeitos nefastos da espiral de aumentos dos preços dos produtos energéticos, e alimentares, motivados pela especulação financeira, e também pela guerra. É urgente uma tomada de decisão por parte do governo central, que minore os efeitos nefastos na vida dos reformados, pensionistas e idosos, procedendo à atualização das reformas, e pensões. É de realçar o apoio justo e permanente que o movimento associativo em geral, dos reformados, pensionistas, e idosos, em particular, tem merecido por ação e decisão dos eleitos locais do Concelho do Seixal, e que muito tem ajudado à manutenção e desenvolvimento das atividades culturais, sociais, e lúdicas, para o desenvolvimento e bem-estar deste grupo social. Os reformados, pensionistas, e idosos, exigem do poder central outro tipo de apoios financeiros destinados ao seu movimento associativo, que possam permitir o direito a envelhecer com dignidade. Assim, a Assembleia Municipal do Seixal, reunida a 30 de maio, de 2022, na sua 3.ª sessão extraordinária, saúda a realização do 10.º Congresso Nacional de MURPI, fazendo votos de pleno êxito, e que os seus trabalhos possam contribuir para o direito a envelhecer com dignidade. Disse.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado. Intervenções em relação a esta saudação? Quem é que pretende intervir? Samuel Cruz.

Samuel Cruz, do PS, disse: “Naturalmente o Partido Socialista saúda o congresso, mas aquilo que este documento pretende não é a saudação ao congresso, porque as considerações são muito úteis. Portanto, a nível de pensões sociais, temos a pensão de velhice, a pensão social de velhice, o complemento solidário para idosos, e benefícios adicionais de saúde. O valor tem de ser superior, mas são os que existem e são os que são dados pelo Governo. Resposta de apoio social para idosos, temos: centro de convívio, apoio familiar, centro de dia, centro de noite, acolhimento familiar, estrutura residencial para pessoas idosas, centro de férias e lazer. Esta participação é em mais de 95% do Estado central, do Governo, e não chega a 5% da Câmara. Não há nenhuma que seja da Câmara. E eu até pergunto: Qual é a estratégia local de apoio aos idosos do concelho, que não sejam aquelas que são mencionadas, que são, fundamentalmente, apoiadas pela Segurança Social? Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Não há mais intervenções, é isso? Confirma-se? Então, senhor vice-presidente da Câmara, se faz favor.

O Vice-presidente da Câmara Municipal disse: “Muito boa noite a todos. A Câmara Municipal do Seixal tem uma política de apoio às associações de idosos do concelho, que é reconhecida como exemplar por todos os interessados e por muitos que visitam o Concelho do Seixal e que têm conhecimento do trabalho desenvolvido e dos apoios dados. Portanto, não temos nada aqui a receber do senhor eleito Samuel Cruz quando a esta questão. Somos exemplares nos apoios que damos aos idosos.

Samuel Cruz, do PS, disse: “Quais?

O Vice-presidente da Câmara Municipal disse: “Senhor eleito, aconselho que veja...os dados do relatório e que tenha conhecimento da realidade. Mas penso que os idosos, melhor do que nós, as associações, podem responder a isso. Portanto, quanto a essa questão é muito clara. Está bem?

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não, vocês é que estavam. Porque eu cortava-vos o microfone, garanto-vos eu. Isso, eu garanto. E aqui vamos ainda ver o modelo de se cortar a intervenção, quando ela não tiver lugar. A intervenção só deve ter lugar quando se dá a palavra. Ora, e nesse sentido, tem a palavra o proponente, o Fernando Sousa.

Fernando Sousa, da CDU, disse: “Muito obrigado, senhor presidente. De facto, senhor presidente acrescentou alguma coisa, mas eu quero avivar a memória do senhor eleito Samuel que já foi vereador desta Câmara Municipal, e já tivemos alguns debates muito diretos sobre esta questão, e também a senhora vereadora do Partido Socialista, a Dra. Elisabete, até tivemos alguns debates sobre esta questão. Eu falo com conhecimento de causa. Senão, vejamos. Os centros de dia existentes no concelho do Seixal, quem é que os construiu e quem é os entregou às instituições? A Câmara Municipal. A Segurança Social não construiu um único centro de dia aqui no Concelho do Sei-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

xal, para não falar no país ou no distrito. Tenho conhecimento de causa, como sabe. Portanto, aquilo que estou a dizer é com conhecimento de causa. E dizer que, de facto, o grande movimento, e se nós aqui, e aquilo que eu digo na saudação, é que, de facto, no Concelho do Seixal, os idosos, reformados e pensionistas do Concelho do Seixal, podem-se considerar uns privilegiados no conceito geral do país. Mas este congresso, é um congresso nacional, e não é só do Concelho do Seixal. E dizer também que tudo aquilo que foi enumerado pelo senhor eleito Samuel, de facto, são os centros de dia, são os centros de convívio, é verdade, mas isso não chega para nada, senhor vereador, não chega para nada. E mais lhe digo. Aquilo em que o Estado apoia as instituições, não chega nem para metade dos mais velhos que temos neste país. Não sei se sabe. Não sei se já fez contas. Este país, é um país de gente envelhecida. Nós não sabemos... Eu posso-lhe dizer, só, por exemplo, na instituição que eu represento, e o senhor sabe qual é, e todos vós aqui sabeis qual é, portanto, nós temos, neste momento, neste momento, no mês 5, perto de 800 pedidos de integração. Quantas camas sociais temos neste concelho? 132. Quantas candidaturas foram preteridas no PARES? 4. Portanto, senhor... neste momento, o que nós pedimos é que haja mais respeito por quem construiu este país, de quem trabalha ainda neste país, é isso que nós pedimos, mais respeito. E também se nós conseguirmos por parte do Estado um alívio no valor das reformas, os mais novos, os filhos, que em muitas situações não conseguem participar para o resto da vida dos seus pais ficam mais aliviados. É só isso que nós pedimos. É respeito e direito a viver com dignidade. Disse, senhor presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Vamos passar à votação. Quem vota a favor que levante o braço. Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Portanto, esta saudação foi aprovada com votos a favor da CDU, do PS, do Bloco de Esquerda, do PAN, dos eleitos independentes, e com abstenção do PSD, e do Chega.

Aprovada a Tomada de Posição nº 47/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e três (33) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto? Rui Belchior, Isabel Antas. Mais alguma? Faça o favor.

Rui Belchior, do PSD, em declaração de voto disse: “Obrigado, senhor presidente. Nós abstivemo-nos, porque, por prática, temos dificuldade em fazer saudações a organizações políticas. E este MURPI, não deixa de o ser, não é? É uma organização afeta à CGTP. Aliás, eu até gostava de saber, e o Sr. Fernando Sousa não o disse, qual é que é o seu papel nesta organização. Não foi explicado. E, portanto, eu estou agora aqui a fazer comentários. Qual é o seu papel nesta organização? Para além disso, estamos absolutamente de acordo que as pensões e as reformas são uma miséria, e que a população é envelhecida, e por isso, nós abstivemo-nos exatamente, porque tememos a instrumentalização política desta população envelhecida. E, portanto, nós somos favoráveis a que haja um olhar diferente sobre uma população envelhecida, aliás, já se diz que em 2050, seremos apenas seis milhões, ou sete milhões e meio, e realmente isso prende-se com esse fator das pessoas que trabalharam uma vida inteira, e não têm hoje nenhuma condição proporcionada pelo Estado, ou as condições que têm, são verdadeiramente precárias, e insuficientes. Portanto, nesse sentido estamos de acordo, mas abstivemo-nos, exatamente, porque entendemos que há aqui uma instrumentalização, e houve aqui aspetos que não foram explicados, mas, se calhar, ainda está a tempo. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Isabel Antas, faça o favor.

Isabel Antas, do PS, em declaração de voto disse: “É rápido. É só para completar aquilo que foi a nossa declaração de voto. As fórmulas de atualização, garantiram uma subida maior, para quem tem reformas mais baixas. Ou seja, o aumento de 1% aplica-se apenas às pensões de valor não superior a...

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem mesmo que terminar.

Isabel Antas, do PS, Ou seja, portanto, todos os idosos com pensões até oitocentos e oitenta e seis euros, têm um aumento de 1%.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ó Isabel desculpe lá, mas tem que terminar.

Isabel Antas, do PS, em declaração de voto disse: “Eu depois remeto... Eu só queria dizer que também nas tabelas de IRS estão contemplados os apoios aos idosos, nas suas tabelas de retenção na fonte, na tabela número 7. Isto com efeitos... pronto peço desculpa.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Está bem. Porque em termos de gestão de tempo há uma gestão que é de tolerância, em relação a todos, e a mesa assim o entende, em relação aos tempos de cada grupo municipal. Mas no que se refere aos tempos de regimento, declarações de voto, defesa de honra, ou pontos de ordem, tem de ser estritamente o tempo.

Fernando Sousa, da CDU, disse: “A minha vinda aqui é só para informar o eleito Belchior que, de facto, está preocupado com qual é a minha função no MURPI, por ser presidente numa instituição de idosos do concelho do Seixal, e do distrito de Setúbal, que, de facto, sou presidente do conce-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

lho fiscal do MURPI distrital, ou seja, da confederação, e com muito prazer. E poderia ser eleito da confederação e não tinha qualquer problema em ser eleito. Portanto, defendo a causa dos reformados, pensionistas, e idosos, porque eu sou um deles. Eu sou um reformado, portanto, eu tenho que defender a causa deste conjunto de pessoas, e também em minha causa, como é óbvio. Portanto, está esclarecido.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Pronto. Está este esclarecimento em defesa da honra. Muito bem. Ora, passamos para o documento seguinte, que é do PS, que é uma moção pelo – “Abastecimento de água de qualidade em Fernão Ferro”, é subscrita por José Galdes, e tem a palavra, se faz favor.

II.8. O Grupo Municipal do PS apresentou uma Moção “Por um abastecimento de água de qualidade em Fernão Ferro”, subscrita por José Galdes.

(Documento anexo à ata com o número 8).

José Galdes, do PS, disse: “O primeiro aspeto que eu queria realçar é que este documento já é do vosso conhecimento. Aliás, devo dizer que houve aqui um conjunto de pessoas, de munícipes que estiveram aqui a assistir que já pediram uma segunda edição... e acho que é importante, por uma razão muito simples. É de que, nomeadamente nas ocorrências, estão no grau zero do conhecimento, mas estão no grau máximo como a massa da secura. E, portanto, esta questão é uma questão recorrente, com muitos anos, e o meu receio é sempre que estas questões estão aqui, até, teoricamente, esta moção vai ser votada a favor, mais depois fica em banho-maria. E, portanto, é preciso... E eu ouvi com atenção o senhor presidente e ele disse que – “Ok, sim senhor, estamos a fazer um conjunto de démarches, e que até este ano estará resolvido.” E, portanto, uma das funções desta assembleia é monitorizar, fiscalizar, acompanhar todo este vaziamento. Aliás, é um bocado aquilo que diz o Belchior, grau de transparência que eu subscrevo. Nós, nós todos, não nos devemos demitir deste aspeto. Há que acompanhar o processo. E há outras formas de luta, para usar a gíria do PC, há outras formas de luta que podemos adiantar, e eu tenho algumas na manga. Este documento diz quase tudo, não é exaustivo, e, portanto, vamos aguardar. Eu quero ser um bocado *soft*, hoje quero ser um bocado *soft*, e vou dar o benefício da dúvida ao senhor presidente e ao executivo. Vamos esperar que isto avance rapidamente. Eu só quero dizer uma coisa. Esta questão do hidropressor, aquilo que se chama a bomba de água, que o senhor presidente conhece muito bem, e que eu conheço, e que muitos conhecemos, não é resolução nenhuma. Além disso, contraria a posição em vigor. Esta é uma posição da Câmara. Não é de cada projetista, e de cada habitante residente em Fernão Ferro. Em Fernão Ferro e não só. Portanto, eu gostaria que isto fosse discutido, assumido, votado, e depois monitorado, que é uma questão fundamental. Há pessoas que têm problemas reais. Fernão Ferro tem outro tipo de problemas. Eu costumo dizer que em Roma, sê Romano. Eu morei anos, e anos, na Amora, em Corroios, e agora moro em Fernão Ferro, e com muito gosto. Muito obrigado.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, Sr. José Geraldês. Vamos passar à discussão. Aceitam-se inscrições. Há 1 inscrição. Faça o favor, Sr. Armando Farias.

Armando Farias, da CDU, disse: “Bom, o senhor presidente já fez a intervenção sobre esta questão, e acho que deu os esclarecimentos necessários. Isto são obras com uma dimensão importante, é um problema que não é de Fernão Ferro, é diário de Fernão Ferro, não é de toda a freguesia, mas são questões importantes, naturalmente. E, portanto, explicou a solução que está a ser desenvolvida, o próprio eleito Geraldês agora referiu que dá o benefício da dúvida, e por isso achamos extemporânea a moção. O que a moção diz é: - “Exigir a imediata resolução do problema.” Está a ser resolvido, e, portanto, achamos que não faz sentido agora a moção. Obrigado.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Samuel Cruz. Faça o favor.

Samuel Cruz, do PS, disse: “Muito brevemente, para uma primeira nota. Diz aí a má-língua que o Presidente da Câmara vai ser substituído, brevemente, pelo vereador Paulo Silva. Eu diria que na Assembleia Municipal, a avaliar por aquilo que tem acontecido nas últimas, já foi. Não nos notificaram ainda, mas, na prática, já está. Bom, dizer que o benefício da dúvida, isso era bom se houvesse lugar ao benefício da dúvida. A primeira vez que me disseram que isso ia ser resolvido, eu ainda era vereador em 2007, e aprovei um empréstimo bancário para fazer o CDA. Já agora, o CDA vai ser feito. Três milhões, seiscentos e quarenta e três mil euros, e vamos fazer aqui um CDA impecável, em 2007, e o problema vai ser resolvido. 10 anos depois, e vemos – Bem, agora já não é o CDA, é um CDA(zinho). Já não é preciso três milhões seiscentos e quarenta e três mil euros, para um milhão e quatrocentos. Bem, não houve muita inflação, como também não houve muita deflação. E, portanto, para as coisas custarem menos de metade, é evidente que não podia ser a mesma coisa. E não podia ser a mesma coisa, e o problema está à vista. Por fim, com a derrapagem de um milhão e quatrocentos, foi um milhão e oitocentos, e dizem-me que agora já lá está um placard a dizer que são dois milhões. Mesmo assim, que tenha custado dois milhões, não pode ser a mesma coisa, porque em 2007 pediram o dinheiro emprestado, receberam o dinheiro, e gastaram-no noutra coisa. E por isso é que o problema não está resolvido, e ninguém pode ter o benefício da dúvida ao fim de 15 anos. Ao fim de 15 anos, e do dinheiro já cá estar há 15 anos, ter o benefício da dúvida é o contrário. É se alguma vez o vão fazer. Para finalizar em relação às bombas. Se toda a gente meter bombas é fácil, não há nada para bombar, porque vão aos canos e já só há ar, porque já foi tudo bombado para as casas, não é? E depois disse o senhor presidente da Câmara – “Ah, no fim arrumam.” Ou arrumam, ou vendem no OLX. Quer dizer, agora já estás a resolver. Vai lá e compra uma bomba de água, que não é assim tão barata, as famílias não são assim tão desafogadas, e depois vão para o OLX vender, é isso? Se o senhor presidente da Câmara cá estivesse era isso que eu lhe queria perguntar.

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, Sr. Samuel. Aceitam-se inscrições ainda. Não havendo inscrições, senhor vice-presidente da Câmara, faça o favor.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito boa noite, mais uma vez. Como eu não ligo a más-línguas, e não respondo a provocações, dou a palavra ao senhor vereador Joaquim Tavares, para responder às questões suscitadas.

O Vereador Joaquim Tavares disse: “Muito obrigado, senhor vice-presidente. É sempre agradável falar sobre o abastecimento de água, porque o nosso concelho prima por ter água de qualidade, fornecer água a toda a população, e aos preços mais baixos da área metropolitana de Lisboa e Porto. E, portanto, isso é uma qualidade incontornável, são valores que são incontornáveis, e, portanto, devem estar presentes nessa nossa discussão. E fazê-lo sempre num contexto que é continuar a defender a água como um serviço público. E, portanto, não privatizamos a água, como outras forças políticas, e defendemos que essa é a postura mais adequada. O investimento que fizemos no CDA, foi resultado daquilo que era necessário aos valores do mercado na época em que realizámos o concurso. Porque o CDA que foi projetado, foi o mesmo que foi construído. Como já informámos várias vezes e o senhor presidente teve a oportunidade de dizer, e apesar de já ter merecido aqui reparos depreciativos, mas que mais não fizeram do que procurar desviar o sentido daquilo que é fundamental. E aquilo que é fundamental, e que é o nosso propósito, é podermos abastecer toda a freguesia com condições de pressão. E é nisso em que estamos a trabalhar. É nisso que as nossas equipas estão no terreno a trabalhar. E isso só é possível depois de termos construído o CDA. Ou seja, temos a reserva necessária, e a capacidade instalada, para depois darmos este passo, tal como o senhor presidente disse, nós estamos a trabalhar no terreno, estamos a adquirir o material que falta e estamos a fazê-lo por administração direta e brevemente teremos o problema resolvido. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor vice-presidente. Pergunto ao proponente se pretende intervir? Faça o favor.

José Galdes, do PS, disse: “Eu só vim aqui dar uma volta ao “bilhar grande.” Eu gosto de humor. Eu acho que as pessoas devem refletir, e este problema tem, de facto, de ser resolvido. Há bocado quando eu falei disso da dúvida, e depois o Samuel criticou-me por isso, e aí mostramos a nossa divergência. Eu estou convencido de que se houver boa-fé, capacidade, que o problema está resolvido. Mas, desde já, aviso. Há sempre um plano B, há sempre uma alternativa, há sempre outras formas de luta. E, portanto, é perfeitamente pertinente, e eu quando digo – “Exigimos, de imediato” não é para deixar para amanhã, só que este problema já vem com estes anos todos. Isto tem que ser resolvido, e tem de ser assumido. Eu costumo dizer que não há falta de dinheiro neste concelho.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “José Galdes, já atingiu os 30 segundos.

José Galdes, do PS, disse: “Ok. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Vamos passar à votação. Quem vota a favor desta moção? Podem baixar. Quem é que se abstém? Quem vota contra? Podem baixar. Por-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

tanto, a moção foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do PAN, do Chega, e dos eleitos independentes. E o voto contra da CDU.

Aprovada a Tomada de Posição nº 48/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte e um (21) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) votos contra do grupo municipal do CDU

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto? Armando Farias, faça o favor.

Armando Farias, da CDU, em declaração de voto disse: “Nós votámos contra esta moção, porque como foi explicado pelo executivo camarário, os trabalhos estão a ser desenvolvidos. Este investimento, que é um investimento importante para a freguesia de Fernão Ferro, traz uma melhoria muito significativa para as populações. Há questões técnicas que têm de ser agora ajustadas e melhoradas. Esse trabalho está a ser feito, e, portanto, está em perspetiva de resolução, e por isso a moção é extemporânea. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma declaração de voto? Não há declarações de voto? Se for para fazer, é para fazer no microfone. Bom, então passamos para o documento seguinte, que é uma moção do PSD - “Celebrando a infância, melhorando as escolas no Concelho do Seixal” e é subscrita por Rui Belchior, e tem a palavra, se faz favor. Não, será a Luísa Gama. Faça o favor.

II.9. O Grupo Municipal do PSD apresentou uma Moção "Celebrar a infância melhorando as escolas no Concelho do Seixal", subscrita por Maria Luísa Gama.

(Documento anexo à ata com o número 9).

Maria Luisa Gama, do PSD, disse: “Queria fazer apenas duas correções, porque há duas gralhas no texto, pelo menos que eu tivesse detetado. No segundo parágrafo é – “Melhoria das condições de vida.” Portanto, falta lá um espaço. E no último parágrafo da primeira página, é – “Reunida em sessão.” E não – “Em nem sessão.” Portanto, são estas duas gralhas. Feita a correção, e até porque acho que toda a gente terá lido o documento, celebra-se esta semana o Dia Mundial da Criança, que é uma efeméride comemorada um pouco por todo o mundo, e pegando nesse tema, relembrando um pouco o que a infância, e uma das principais, algo que é importante para todas as crianças, é certamente a educação, o Seixal é um dos municípios do país que mais viu a sua popula-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

ção crescer nas últimas décadas, significando, obviamente, que entre os seus habitantes terá milhares de jovens famílias que olham com atenção para as escolas do concelho. E aqui, neste capítulo, centrando-nos, sobretudo, nos jardim-de-infância, e nas escolas básicas do 1.º ciclo, entendemos que há ainda um caminho a percorrer, para servir melhor os interesses da população. E esse caminho será em duas deliberações que passo a ler. Portanto, a primeira – “Exortando o executivo da Câmara Municipal do Seixal, para pôr fim ao turno duplo nas escolas do 1.º ciclo do concelho, e advertir igualmente o executivo sobre a necessidade de aumentar a oferta escolar no concelho, nomeadamente, no que diz respeito às salas de educação pré-escolar, e 1.º ciclo, para garantir que todas as crianças a partir dos 3 anos, como diz na lei, possam frequentar os estabelecimentos públicos do concelho, através de horários adequados à conciliação entre a vida escolar e familiar, que, entendemos nós, e centrando sobretudo no caso do turno duplo, não permite, neste momento. Obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a esta moção? Quem é que pretende intervir? Inscrições? Maria João Louro, faça o favor.

Maria João Louro, da CDU, disse: “A CDU vai votar contra esta moção do PSD, uma vez que a Câmara Municipal tem vindo a realizar diversas medidas na área da educação, e se consultarmos a página 29, do relatório e contas de 2021, na página, podemos ler, e vou apenas indicar alguns pontos. – “O início da construção do novo jardim-de-infância da Quinta de S. Nicolau, em Corroios, a conclusão de intervenção do logradouro, do Jardim-de-Infância da Quinta de S. Nicolau. A requalificação da Escola Básica de Corroios, Fogueteiro, Foros de Amora, Casal do Marco, e Quinta da Caboca. A conclusão do plano municipal de remoção de cobertura com fibrocimento das escolas do concelho. A colocação de equipamentos de espaços de *jogging* e recreio na Escola Básica Infante D. Augusto, na Torre da Marinha, da Quinta da Princesa, das Paivas, da Quinta do Conde Portalegre, e da Quinta de Santa Marta de Corroios. A instalação de novos computadores em todas as escolas do ensino básico e pré-escolar. Acrescentar ainda que esta moção peca por não fazer referência à carta educativa nacional, que devia conter as linhas orientadoras para as autarquias. E ainda, na página 30, do relatório e contas de 2021, podemos então ver que a Câmara Municipal, diligenciou junto do Governo, a criação duma carta educativa nacional, e um plano nacional de ocupação dos tempos livres com resposta às crianças e famílias, assim como planos de financiamento nacional e comunitário, que tenham em contas as necessidades existentes.” Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Fátima Carvalho. Ai não, não tem tempo. Peço desculpa. Não tem tempo. Mais intervenções? Isabel Cruz, faça o favor.

Isabel Cruz, do BE, disse: “Boa noite, senhor presidente. Boa noite a todas e a todos. Sobre esta matéria queria só dizer que o Bloco de Esquerda vai votar a favor, porque o alargamento da rede do pré-escolar, nomeadamente, que é uma das competências da Câmara Municipal e que está plasmada na parte educativa, os objetivos não foram cumpridos e estamos muito aquém de poder oferecer a educação pré-escolar a todas as crianças do município. Por outro lado, a conciliação do tempo escolar e de família, nomeadamente também o pré-escolar, que é uma competência municipal, desde há muito, não tem vindo a ser cumprida. E é muito urgente que se faça para bem da escola pública e da população do concelho. Muito obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não há mais pedidos de intervenção? Confirma-se. Tem a palavra o senhor vice-presidente da Câmara. Faça o favor.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito boa noite, mais uma vez. Eu dava a palavra à senhora vereadora Maria João Macau, para falar sobre o conteúdo desta moção.

A Vereadora Maria João Macau disse: “Muito obrigado, senhor vice-presidente. Muito boa noite a todos e a todas. Antes de mais, dizer que a educação pública, ao nível da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, tem sido uma prioridade neste concelho. Fizemos investimentos na ordem dos cinco milhões de euros, só para construções e novas ampliações. Estamos a fazer a remodelação do parque escolar. Dizer também que nós construímos mais de metade do parque escolar, e ainda fizemos, logo quando veio a lei quadro da educação pré-escolar, 4 edifícios de raiz, na educação do pré-escolar, e todos os anos temos vindo a alargar a rede pública, quer do pré-escolar, quer do 1.º ciclo. Por outro lado, também dizer que este ano, mesmo no início do ano letivo, inaugurámos o Jardim-de-Infância de Paio Pires. Está, neste momento, em fase também de conclusão, o Jardim-de-Infância de Corroios, com mais salas para educação pré-escolar, vamos abrir mais uma sala para o próximo ano letivo, para além destas 4 salas, mais 1 em Miratejo, mais uma outra em Pinhal de Frades, e por isso, ao longo de todos os anos, temos vindo a alargar a rede pública na educação pré-escolar, no Concelho do Seixal. Em relação à questão dos turnos duplos, e dos regimes normais, devo dizer que esta também já é uma falsa questão. Nós temos agrupamentos de escolas que estão completamente em regime normal, nomeadamente um dos maiores que é Pedro Eanes Lobato e também acontece o mesmo na Escola João de Barros. Agora, em relação, e eu digo que é falsa questão, porquê? Quando nós fizemos as cartas educativas, houve parâmetros que a carta educativa, que contemplava as salas de ensino regular, e começaram a surgir novas valências, mais necessidades nas escolas, muitas salas foram para projetos, muitas salas foram para a rede de bibliotecas e esses parâmetros deviam ter ficado na construção da tipologia. Também dizer que em relação a muitos dos projetos que aí hoje temos, estão a ser ocupados, felizmente, porque também há necessidade, por unidades de multi-deficiência. Mas mesmo assim, estamos também a prever a construção duma escola em Pinhal do General, para ampliarmos também o parque escolar do 1.º ciclo com 12 salas de 1.º ciclo, e 3 salas de educação pré-escolar. E quando eu falo ainda na falsa questão do regime duplo em escolas do 1.º ciclo, devo lembrar que nós temos uma carta educativa, e estamos, neste momento, a fazer uma revisão da carta educativa, que ainda não saíram nem sequer os critérios, nem os parâmetros, a nível nacional e mesmo assim estamos a fazê-lo. Já fizemos reunião, inclusive com a própria DGEST, para que seja, realmente, uma carta rigorosa em termos daquilo que é a revisão. Mas também dizer que a Câmara do Seixal tem vindo a cumprir com a carta educativa, e tem conseguido ampliar o parque escolar a nível do 1.º ciclo, naquilo que é a sua competência de educação pré-escolar. Não acontece o mesmo numa carta educativa também homologada pelo próprio Ministério da Educação, que nada fez para acabar com os regimes duplos. Nós temos, neste momento, na Escola António Augusto Louro, 38 turmas, quando a capacidade da escola é de 24 turmas. Temos uma Escola Básica Carlos Ribeiro, com 38 turmas, quando só é possível terem 32. Temos uma Escola Básica Paulo da Gama, com 36 turmas, que tem como capacidade 32 turmas. Temos uma Escola Secundária João de Barros, há 12 anos à espera duma construção nova que tem, neste momento, uma tipologia com 30 turmas, e tem lá 52 turmas em



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

contentores, e temos uma Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira, que tem capacidade para 42 turmas, e tem 47 turmas. Isto para dizer que da parte do Ministério da Educação, ao longo de vários anos, ao longo de vários mandatos, o financiamento para a valorização da escola pública, de todos os níveis de ensino, e, sobretudo da sua competência, foram de financiamento zero. Não houve nada, rigorosamente nada daquilo que está homologado na carta educativa que tivesse sido feito. E isso é que é um problema. É um problema, porque para além de não terem capacidade, e terem turmas em regimes duplos, tem um parque escolar completamente obsoleto e desatualizado. Há anos, e anos, que não se faz uma intervenção na Escola Básica 2,3 Paulo da Gama. E eu estou a falar de intervenções de fundo, de intervenções de estrutura. Eu estou a falar da Augusto Louro, estou a falar da Terras de Larus. Estou a falar das escolas que não sofreram como a Manuel Carga-leiro, da Alfredo dos Reis Silveira, desde que foi a sua construção, que não têm sofrido rigorosamente intervenções de fundo nenhuma, em termos de construção, em termos de requalificação, quer ao nível interior, quer ao nível do edificado. Para além disso, também dizer que desde que saiu a legislação com a construção de novas escolas para o 2.º e 3.º ciclo, o Ministério da Educação, tem vindo a construir escolas, quando construíram sem os pavilhões desportivos escolares. Faltam 5 pavilhões desportivos escolares neste concelho, que o Ministério da Educação tem essa responsabilidade de os construir, e não os construiu. Mas para além disso, falo também dos refeitórios escolares, que são uma autêntica vergonha! Uma vergonha em que eu todos os meses chego a mandar para o Ministério da Educação, os documentos relativos às auditorias feitas aos refeitórios escolares, e eu não sei quando é que o Ministério da Educação não reforça e não faz intervenções no refeitório, que aí sim, põe em causa a saúde escolar, a alimentação escolar dos nossos alunos. Eu gostava que os senhores pudessem visitar alguns destes refeitórios, para verem as más condições de trabalho, quer dos trabalhadores, quer na segurança alimentar que as nossas escolas da rede pública, no 2.º e 3.º ciclo, e secundário, se veem todos os dias constrangidas com estas dificuldades, e com esta falta de higienização e dificuldade de manterem as áreas de trabalho que são exigidas da própria lei. Portanto, dizer que nós estamos a preparar uma revisão da carta educativa. Vamos ter um projeto para uma escola 2+3. Vamos ter mais 2 jardim-de-infância a funcionar para o próximo ano letivo, e ainda vamos alargar, no próximo ano letivo, 6 salas de jardim-de-infância. Também dizer que em relação à questão dos apoios a nível do apoio à família, a Câmara do Seixal não tem conseguido fazer mais porque muito movimento associativo, muitas associações de pais em conjunto, e em colaboração com os próprios diretores dos agrupamentos consideraram que os poderiam prestar, mas nós vamos manter essa oferta, e estamos a fazê-lo naqueles jardim-de-infância que consideraram que deveria ser a própria Câmara, portanto, a assegurar. Também dizer que estamos ainda a financiar, a apoiar e a fazer investimentos no alargamento do apoio à família, nas nossas escolas do 1.º ciclo, que já o fizemos na Escola dos Redondos. Estamos a fazê-lo no Miratejo, e vamos continuar a fazer, e também já o fizemos nos Foros de Amora, e vamos continuar a fazê-lo, de forma a podermos proporcionar também outras condições diferentes para que as crianças possam sair da escola, e não estejam sempre, desde manhã até à noite, no mesmo espaço escolar, no mesmo contexto escolar. Tenho dito. Obrigada.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito obrigado, senhora vereadora. Sobre esta questão das escolas.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Sim. É um ponto de ordem?”

Samuel Cruz, do PS, disse: “Estamos aqui há 1 hora nisto, quase...”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ó senhor líder do grupo municipal do PS, a democracia significa: o senhor diz e propõe. Aliás, já agora dizer uma nota. A Associação dos Municípios, está preocupada com uma coisa que não é dita aqui. Que é: todas as escolas do 2.º e 3.º ciclo, e secundário, estão em regime duplo no concelho do Seixal. E eu não ouvi isso aqui hoje, tirando da senhora vereadora. A Associação Nacional dos Municípios está preocupada com isso e a Junta Metropolitana de Lisboa também tem posição. Todas estão em regime duplo. Faça o favor. Ponto de ordem.

Samuel Cruz, do PS, disse: “O primeiro ponto de ordem quando eu me levantei não era este, mas agora passa a ser e que é este tempo do presidente da assembleia municipal, devia, mais uma vez, ser descontado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “E está, vai ser descontado.

Samuel Cruz, do PS, disse: “E o ponto de ordem era esse. Foi entendido, mas ainda vamos a tempo, foi entendido, pelos líderes, no atual regimento, que não havia tempo para a Câmara Municipal, uma vez que este debate faz-se entre os grupos municipais, e à Câmara cabe apenas prestar pequenos esclarecimentos. Aquilo que nós assistimos aqui da parte da Câmara, não foi um pequeno esclarecimento, e ainda agora vai ser secundado por um senhor vice-presidente da Câmara, que intervém mais tempo no debate do que qualquer um de nós tem tempo para o fazer. Não é justo, não é correto, e devemos refletir sobre isto, e é este o ponto de situação que é preciso. Este não é o ponto da Câmara. A Câmara traz os seus pontos a seguir. Este é um ponto... Mas sim, se houver algo a esclarecer, deve esclarecer, mas não é isto. Não é o espírito.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Fez o ponto de ordem, isso é matéria para o regimento. Não há lei, é o regimento, e o regimento está assim. A discussão do próximo regimento está em curso. Tem a palavra o Rui Belchior. Peço desculpa. Eu tinha aqui o Rui Belchior, mas é a Luísa Gama. Bom, mas indicaram primeiro o Rui Belchior, certo? Foi, foi, indicado. Mas depois foi corrigido aqui. Eu ainda tenho aqui o papel – Rui Belchior - e peço desculpa pelo lapso. Faça o favor.

Maria Luísa Gama, do PSD, disse: “Muito obrigada. Boa noite, mais uma vez. Ouvi com muita atenção a eleita da CDU e a senhora vereadora, e todas as explicações que nos deu, mas, pronto, eu ao contrário da Câmara, tenho um tempo muito limitado. Mas só para dizer que relativamente ao Relatório e Contas, enfim, início, conclusão, retirada de amianto, espaços de recreio, tudo muito bem, mas a moção não se centrava nisso, e não deixam de não ser promessas. E aquilo que nós queremos é respostas imediatas às crianças e às famílias. E por isso falou-se aqui muito das escolas, falo, por exemplo, o caso da Escola Básica do 1.º Ciclo Quinta Conde de Portalegre, onde todas as crianças estão em regime duplo. Umas de manhã, outras à tarde. Penso que não faz sentido começar o período de aulas a partir das 13h00, como acontece com metade das salas, se não estou em erro. Ou começavam logo às 08h00, coitados, quando miúdos de 6 anos e 5, ainda, vão completamente ensonados. Enfim. Talvez seja uma “violência” a repensar. Portanto, o objetivo, em primeiro lugar,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

é que todas as crianças a fazer 3 anos, a completar os 3 anos, possam frequentar uma sala de jardim-de-infância, e não a partir dos 5, a fazer 6, como muitas delas, e isso seria uma enorme ajuda às famílias. E repensar, precisamente, esta questão do turno duplo, para permitir também um maior acompanhamento aos pais trabalhadores, aos pais que trabalham que, levando as crianças para casa, imaginando às 17h00, às 18h00, 18h30, que tempo é que terão para estar com os filhos, para brincar com eles, para ao ajudar nos trabalhos de casa, crianças que já vêm super cansadas. Portanto, era de repensar, e é esse o propósito desta moção. Obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Pronto. Também tempo terminado com a tolerância que temos utilizado. Portanto, vamos colocar à votação. Quem vota a favor, levanta o braço? Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Podem baixar. Portanto, esta moção foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do PAN, do Chega, do eleito independente, uma abstenção da eleita independente e votos contra da CDU. Há alguma declaração de voto? Armando Farias, se faz favor, e Soraia. a CDU. Declarações de voto? Há alguma declaração de voto? Armando Farias, e Soraia Rosário.

Aprovada a Tomada de Posição nº 49/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte (20) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) votos contra do grupo municipal da CDU

Uma (1) abstenção da Independente Soraia Rosário

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Armando Farias, se faz favor.

Armando Farias, da CDU, em declaração de voto disse: “A CDU votou contra esta moção, porque no debate ficou em evidência o seguinte: há um conjunto muito vasto de problemas na educação, que resultam da não solução e de iniciativas do Governo, é a Câmara que está a fazer um esforço enorme para resolver problemas, e, portanto, este debate é colocado na moção ao contrário. Ou seja, aquilo que devia ser salientado era o esforço enorme da Câmara, de salientar aquilo que a Câmara está a fazer, não é, para melhorar o sistema educativo, e tentar resolver problemas que o Ministério não dá resposta. É exatamente o contrário, e é isso que devia ser valorizado. Aliás, o incómodo de alguns eleitos em relação à intervenção da senhora vereadora, é porque ficou aqui evidente o profundo desconhecimento que têm da situação. E como a senhora vereadora pôs claro, não é, quais são os problemas que têm a ver com o Governo, e o desconhecimento que os senhores eleitos têm sobre o que se passa no sistema educativo aqui no concelho, isto é que vos incomoda. Obrigado, senhor presidente.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma declaração de voto? Sim, Soraia que tinha pedido. Soraia? E a seguir mais alguma? Tomás Santos, Nuno Capucha. Mais alguma? Então são estas.

A Independente Soraia Rosário em declaração de voto disse: “Bem, eu diria aqui que as minhas reservas passam um bocadinho para além do fibrocimento, do amianto, que também são importantes, mas sim, como falou, da “violência” das crianças, pelas horas, e passo a dizer pelo turno duplo, temos o horário da manhã entre as 08h00 e as 13h00, de tarde, das 13h00 / 13h10, neste caso, até às 18h00, o que equivale perto de 5 horas diárias, o que são, aproximadamente, 22 horas semanais. Num regimento normal, temos das 09h00, até às 16h00, o que se traduz em 6 horas diárias, e que são 30 horas semanais, mais 8 horas. Eu diria também que o tempo dentro duma sala de aula excessivo, também pode ser prejudicial para o desenvolvimento pleno duma criança, quando se fala de passar tanto tempo, pode-se dizer que será isso. A questão aqui também pode passar por outras atividades extra-curriculares que poderão ser feitas não no período da manhã, porque têm aulas de manhã, mas fazê-las à tarde. Isto já decorre há bastantes anos, acho que há problemas muito mais importantes a desenvolver na parte da educação, e não passa pela quantidade, mas sim pela qualidade. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Nuno Capucha.

Nuno Capucha, do CH, em declaração de voto disse: “O nosso sim, é um sim, mas... E é precisamente por causa deste problema que foi abordado, o número de horas que as crianças passam dentro duma escola. Claro que se estão lá 6 horas, não são 6 horas letivas, claro que há mais espaço para a brincadeira, mas como a pandemia veio mostrar, nós podemos, e talvez, e como alguém dizia aqui há pouco – “O Seixal não é uma ilha, e é um debate que tem de ser feito.” Não só a nível nacional, mas também a nível internacional, para que haja, e pegando nas palavras que a Luísa usou no documento, para que a criança se transforme num adulto saudável e capaz de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, há um caminho a percorrer. E essa conciliação da vida escolar com a vida familiar é importante. Temos hoje o recurso ao teletrabalho, a horários que podem ser conciliados com o das escolas. Enfim, há um caminho a percorrer dentro da sociedade para que as crianças não fiquem tanto tempo afastadas dos pais, porque, afinal de contas, e apesar de algumas tendências mais modernas, as crianças pertencem às suas famílias, pertencem aos seus pais, e é com eles que elas têm de passar mais tempo. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tomás Santos.

Tomás Santos, do PS, em declaração de voto disse: “A senhora vereadora da Câmara do Seixal falou aqui mais do que toda a gente, mas houve uma coisa que não explicou – qual é que é a singularidade do município que explica que aqui seja tudo diferente do resto do país.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ora bem, terminadas as declarações de voto...Sem comentários, porque se não eu vou ter que intervir. Aliás, é uma pena que não se tenha falado no 2.º e 3.º ciclo, e o ensino secundário está tudo em regime duplo. É uma pena que não se defendeu, na minha perspetiva, as crianças e os jovens do concelho. Bom, passamos para a recomendação – “O poder dos museus” que é do Bloco de Esquerda, é subscrita por Isabel Cruz. Tem a palavra, se faz favor.

II.10. O Grupo Municipal do BE apresentou uma Recomendação “O Poder dos Museus”, subscrita por Isabel Cruz.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

(Documento anexo à ata com o número 10).

Isabel Cruz, do BE, disse: “Obrigada, senhor presidente. Mais uma vez boa noite a todos e a todas. No dia 18 de maio celebrou-se o dia internacional dos museus, celebrou-se nesse dia, o poder que os museus têm de transformar o mundo à nossa volta. O escasso acesso à fruição cultural às pessoas com maiores fragilidades económicas é das provas mais evidentes das assimetrias, e da exclusão social ainda existentes no espaço urbano. O acesso a essa definição cultural deve, portanto, ser o mais urgente possível, e não deixar ninguém de fora. Assim, a Assembleia Municipal do Seixal, reunida na 3.ª sessão extraordinária de 30 de maio, de 2022, delibera recomendar à Câmara Municipal do Seixal que garanta o acesso aos espaços museológicos do concelho a todas as pessoas, independentemente da sua idade e condição social, incentivando a visita destes espaços, não só continuando a garantir a gratuitidade do acesso, mas criando condições especiais de acessibilidade, nomeadamente através de transporte municipal gratuito. Inicie um percurso consistente com etapas bem definidas para multiplicar os espaços museológicos em todo o concelho do Seixal, por forma a garantir que existam polos em todas as freguesias do concelho. Os museus que estão na tutela da Câmara Municipal do Seixal, que adequem a sua programação cultural ao público mais jovem, com recurso à arte urbana, a visitas guiadas, à música, à performance artística. Que os museus sob tutela da Câmara Municipal do Seixal promovam a exposição de trabalhos de artistas jovens, servindo como plataforma de afirmação e divulgação do trabalho dos mesmos. Que os museus sob tutela da Câmara Municipal do Seixal, se comprometam com a elaboração duma programação expositiva, que promova o combate às desigualdades sociais, e que dê visibilidade a artistas em situações de exclusão social. Muito obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Isabel só para dizer que acabou o tempo, e deu-se a tolerância, nos trinta e picos. Ora, intervenções em relação a esta recomendação? Quem é que pretende intervir, durante os tempos? Já vários grupos municipais que já não têm tempo. Não há períodos de intervenção, creio. É isso? Confirma-se? Confirma-se. Então, o vice-presidente da Câmara. Faça o favor.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: “Relativamente à parte deliberativa aqui do BE – recomendação, dizer que quanto ao passe, ao ponto 1, este incentivo já é feito nomeadamente com as escolas, os nossos jovens estudantes estão regularmente... há muitos programas com as escolas e dirigidos às escolas, muitas visitas a todos os espaços museológicos, com transporte municipal gratuito. A questão das exposições de trabalhos de artistas jovens, não é só nos museus, mas também nas galerias municipais, e que têm feito esse trabalho de exposição de artistas jovens... plataformas de afirmação, e divulgação do trabalho dos mesmos. Sendo que quanto a isso, ainda recentemente abrimos um novo espaço de exposição no RioSul, no âmbito duma parceria com a administração do mesmo, que serviu para o Seixal Cultural, e a nossa intenção é continuar aberto ao público esse espaço expositivo com trabalhos de artistas do concelho. A programação expositiva, também estamos a trabalhar nomeadamente para a dinamização do espaço oficial do Manuel Cargaleiro, e também o Museu de Medalha Contemporânea, entre outros.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor vice-presidente da Câmara. Bom, passamos à votação. Quem vota a favor, levanta o braço? Podem baixar? Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Esta recomendação foi aprovada com os votos a favor da CDU, do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do PAN, dos eleitos independentes e a abstenção do Chega. Alguma declaração de voto? Nuno Capucha, e Armando Farias. Nuno Capucha, faça o favor. Ah, sim. Peço desculpa. E Luísa Gama.

Aprovada a Tomada de Posição nº 50/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Uma (1) abstenção do grupo municipal do CH

Nuno Capucha, do CH, em declaração de voto disse: “ O sentido de voto do Chega, é moldado no princípio... de há muito pouco tempo, uma cidade fora de Portugal, no dia Internacional dos Museus, onde tive a oportunidade de estar numa fila para entrar no museu, umas horas, enfim já tarde, às 23h00, apenas com 1 hora de visita pela frente, e com uma fila cheia de jovens. E o que iam esses jovens ver? Excitantes quadros que refletem as questões de orientação sexual? Nada disso. Uns enfadonhos quadros românticos e neoclássicos. E o nosso sentido de voto, o voto do Chega que vai para a abstenção, os tempos, porque achamos que não podemos reduzir os jovens, como é dito no ponto 3, aquilo que pensamos que é melhor para os jovens, aquilo que é tipicamente dos jovens. Não podemos colocá-los num gueto, seja em termos físicos, seja em termos culturais. Podemos e devemos oferecer-lhes aquilo a que podemos chamar alta cultura, e deixar que eles sejam inspirados por essas obras intemporais. E por fim, também não podíamos votar a favor claramente o ponto 5, que é um caso de doutrinação política, que é usar a arte como forma de utilização política, é um recuperar da arte socialista e veja-se a esse respeito o que aconteceu. Veja-se no Facebook do município, aquilo que foi escrito a propósito do festival... Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Armando Farias.

Armando Farias, da CDU, em declaração de voto disse: “Nós consideramos que as recomendações que constam da moção, constituem uma redundância relativamente àquilo que a Câmara tem feito nesta área da cultura, nas suas diferentes e variadas dimensões. Aliás, é um marco da Câmara, e é reconhecido no concelho, no distrito nacional e até internacionalmente. De qualquer dos modos, e apesar de pensarmos que é uma redundância, apesar disso, o sentido da moção é correto. E por isso, nós aprovamos a moção.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Luísa Gama, se faz favor.

Maria Luísa Gama, do PSD, em declaração de voto disse: “ Queremos associar-nos à recomendação do Bloco, aproveitando precisamente o propósito deste dia dos museus, quando foi criado pelo ICOM, que é promover junto da sociedade uma reflexão sobre o poder dos museus. E os poderes dos museus podem ser vários, inclusivamente contribuir no plano educativo, para a formação duma sociedade mais ativa, mais informada, mais comprometida, no fundo, com aquilo que é o mundo à nossa volta. E também uma nota. É preciso divulgar mais os espaços museológicos do Seixal, dar-lhes mais visibilidade, para que possam precisamente ter esse papel de fomento da reflexão e debate junto da sociedade civil. É preciso mais investimento na inventariação, descrição, conservação das coleções, portanto, não só dar poder aos jovens, mas também naquilo que já existe e as coleções podem ser materiais, imateriais, e aqui juntaria também os arquivos, que também eles são património, ainda que muito esquecidos, infelizmente. Obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, também. E, portanto, passamos para o documento seguinte que é o da CDU. É uma saudação ao – “Dia nacional das coletividades” e tem a palavra a Maria João Costa. Faça o favor.

II.11. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Saudação ao Dia Nacional das Coletividades, subscrita por Maria João Costa.

(Documento anexo à ata com o número 11).

Maria João Costa, da CDU, disse: “Tendo em conta o tempo, vou só passar o ponto 2 da saudação – “Ao dia 31 de maio, dia nacional das coletividades” vou só passar a parte que pensamos deliberar. A Assembleia Municipal do Seixal reunida no dia 30 de maio, de 2022, delibera saudar o Dia Nacional das Coletividades, bem como as comemorações associadas a este dia. A Associação das Coletividades do concelho do Seixal, e por seu intermédio, os seus dirigentes e trabalhadores das centenas de coletividades e associações que todos os dias desempenham um papel comunitário insubstituível em benefício das populações e do desenvolvimento social e económico do nosso concelho. As várias organizações, entidades públicas, privadas e a comunicação social, que com a autarquia do concelho têm colaborado para o reconhecimento e divulgação do movimento associativo popular no Seixal. Mais delibera ainda, enviar a presente deliberação à Presidência da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Governo... e à Associação das Coletividades do Concelho do Seixal. Obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções dentro das limitações? Quem é que pretende intervir? Não há pedidos de intervenção, é isso, confirma-se? Portanto, passamos à votação. Quem vota a favor, levanta o braço. Podem baixar. Quem se abstém? Votos contra? Ora, portanto, esta saudação foi aprovada com os votos a favor da CDU, do PS, do Bloco de Esquerda, do PAN, e dos eleitos independentes, e a abstenção do PSD e do Chega. Declarações de voto, se for caso disso? Não há pedidos de declaração de voto. Portanto, passamos para o documento seguinte.

Aprovada a Tomada de Posição nº 51/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e três (33) votos a favor dos seguintes eleitos:



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Quatro (4) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “O documento seguinte seria o do PS, uma saudação – “Ao dia internacional do enfermeiro”, mas não tem tempo, e, portanto, o documento a seguir é da CDU, que é uma moção – “Alargar a gratuidade nos transportes públicos, garantindo o seu funcionamento por parte do Estado.” Manuela Calado, tem a palavra, se faz favor.

Samuel Cruz, do PS, disse: “Senhor presidente, posso fazer um ponto de ordem?”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Um ponto de ordem, é possível.

Samuel Cruz, do PS, disse: “Este ponto de ordem é no seguimento do anterior, presidente. De facto, uma parte do debate foi feito entre as bancadas, e a Câmara. Naturalmente não da parte da CDU. E o que é que disso resulta? Que só a CDU tem tempo agora. Já aconteceu nesta assembleia o Partido Socialista ser o único partido com tempo, e solicitaram-nos que retirássemos as moções e, como é óbvio, do debate naturalmente. Estas questões que vêm a seguir, são, de facto, importantes, mas nem têm condições de serem apresentadas grandemente por vocês porque têm 1 minuto e 45, e por nós então, não vão ser debatidas de certeza. Mas também, e dado o adiantado da hora, que fosse possível retirarem estas moções, e trazerem na próxima e discuti-las de acordo com a importância que elas, de facto, têm.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Bom, isso aí naturalmente que tem a ver com o grupo municipal, e que dirá o que entender. De qualquer maneira, o que temos em termos regimentais, é que enquanto os grupos municipais tiverem tempo, apresentam os seus documentos. Sendo certo que os grupos municipais é que gerem o seu tempo. Cada grupo municipal é que gere o seu tempo, e até têm nos quadros, temos uns quadros aqui bem visíveis, e nós temos o melhor sistema, melhorámos neste mandato, são bem visíveis, tem a contagem do tempo, até passa a amarelo e a vermelho quando já não têm. Portanto, cada um que faça a sua gestão do tempo.

Samuel Cruz, do PS, disse: “Ponto de ordem.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Não podemos passar o resto da noite em pontos de ordem. Se o PS entender?”

Samuel Cruz, do PS, disse: “Claro. Este ponto de ordem tem exatamente a ver com a postura do Presidente da Assembleia Municipal. Da última vez o único partido que tinha tempo para apresentar, foi o senhor Presidente da Assembleia Municipal, que pediu ao PS para não apresentar os do-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

cumentos porque disse que não merecia a questão, e agora diz que – “Nos tempos regimentais, que cada um apresenta o que quer.” São duas posições diferentes sobre o mesmo assunto.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Está feito o ponto de ordem, e eu não vou repetir o que disse, enquanto Presidente da Assembleia, dirigido à assembleia. Portanto, os grupos municipais, que se organizem. Era o que faltava! Eh pá, e agora cada um está aqui a fazer-se de vítima! (Eh pá, sem diálogo, Samuel). Gerem o tempo a seu belo prazer. Ou melhor, no bom sentido, claro, o tempo que é seu, que é vosso, que é legítimo, e depois o que fazem é virem-se queixar. Não se queixem a mim, nem à mesa, desculpem lá. Bom, mas o líder da CDU...

Armando Farias, da CDU, disse: “Segue normalmente.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Segue normalmente. Com certeza. Portanto, tem a palavra a Manuela Calado, se faz favor. Eh pá, querem que eu interrompa a assembleia? Ó Tomás, veja lá! Vocês têm a mania de se fazerem de vítimas constantemente.

Tomás Santos, do PS, disse: “Está dito.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Pois está dito, está. Eu não disse coisa nenhuma dessas. Meus senhores, a responsabilidade é dos grupos municipais. E, portanto, não é a mesa que decide uma coisa destas. São os grupos municipais que são maiores e vacinados, não é verdade, e que são responsáveis pelos seus tempos. Depois não se venham queixar. Não se queixem.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Faça o favor, Manuela Calado.

II.12. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção “Alargar a gratuidade nos transportes públicos. Garantir o seu financiamento por parte do Estado”, subscrita por Manuela Calado.

(Documento anexo à ata com o número 12).

Manuela Calado, da CDU, disse: “Obrigada, senhor presidente. Muito telegraficamente, dizer que a criação do programa de apoio à redução tarifária... representou um maior avanço na democratização dos transportes públicos na nossa região, e no Concelho do Seixal, em particular. Permitiu uma muita significativa redução do custo, suportada por cada família, alargou uma... aumentando a adesão dos utentes aos transportes públicos. Portanto, o resto da moção, penso que os senhores eleitos têm todos, e leram, e eu vou passar aos considerandos, portanto, às deliberações. Assim, a Assembleia Municipal do Seixal, reunida a 30 de maio, de 2022, delibera instar o Governo a continuar: 1 – Avançar de imediato para a da gratuidade em toda a área metropolitana de Lisboa, até aos 18 anos, aos estudantes e aos cidadãos a partir dos 65 anos. 2 – Instituir em legislação própria o financiamento desta medida e do sistema de transporte de passageiros e das suas autoridades dando estabilidade que corresponda à sua importância e valor, não a deixando dependente da decisão conjuntural e inscrição no orçamento de Estado. 3 – Criar um grupo legal, pleno, estável, que garanta o papel determinante do Estado, na definição, e execução gradual, dos preços dos transportes públicos. Os eleitos da CDU. Disse. Obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Bom, intervenções? Só tem tempo o Chega, e o PAN. A CDU tem 12 segundos. Portanto, não há intervenções? Eu pergunto ao senhor vice-presidente, se tem alguma nota, alguma intervenção.

O Vice-presidente da Câmara Municipal disse: “Não, não.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não. Obrigado. Bom, vamos colocar à votação. Quem vota a favor, levanta o braço? Podem baixar. Quem se abstém? Quem vota contra? Podem baixar. (Indignação dos presentes por não terem tempo para intervir). Eh pá, pode-se continuar a assembleia, ou não? Obrigado. Obrigado. Portanto, esta moção foi aprovada com os votos a favor da CDU, do Bloco de Esquerda, do PAN, e dos eleitos independentes. Com votos contra, do PS, do PSD, e do Chega.

Aprovada a Tomada de Posição nº 52/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte e um (21) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do CDU: 16
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto. Samuel Cruz?”

Samuel Cruz, do PS, em declaração de voto disse: “O Partido Socialista votou, fundamentalmente contra, porque entende que um documento tão importante tinha de ser debatido doutra forma. Mas também, porque entende que existe espaço para que a Câmara Municipal do Seixal, pelo menos estude, à imagem daquilo que já fez a Câmara Municipal de Lisboa, e que seja a própria Câmara a instituir esta medida, porque é uma medida positiva, mas que nada impede que seja a Câmara a promover.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma declaração de voto? Tomás Santos. David Martins, peço desculpa. Está primeiro o David Martins.

David Martins, do PSD, em declaração de voto disse: “Votamos também contra, pela razão que o Samuel já disse, por não haver espaço à discussão sobre esta matéria que achamos importante. Contudo, o PSD concorda, naturalmente, que haja gratuidade nos transportes para os estudantes e para os seniores, mas com algumas condições, naturalmente. Também já o Samuel o disse, em Lisboa, como foi discutido, e da forma como foi discutido, por exemplo, é o orçamento da Câmara que vai pagar essa gratuidade até aos 18 anos, e aos idosos, enquanto aqui a discussão fala de contribuintes e do Governo a fazer. A minha questão é: um contribuinte de Trás-os-Montes, vai pagar pelo transporte do Seixal? Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Bom, a resposta para isso é uma medida nacional, como é evidente. Tomás Santos?”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

Tomás Santos, do PS, em declaração de voto disse: “Esta declaração de voto é só para dizer o seguinte: em primeiro lugar, não é possível, havendo um órgão que intervém politicamente nesta assembleia municipal, fazendo uma intervenção política, se o órgão estiver sempre a intervir, ou não tem rebate, ou então, nós precisamos sempre de mais tempo para responder. Isto é impossível! É uma gestão absolutamente impossível! E dizer que é profundamente antidemocrático, terem interesse em trazer aqui propostas que nós sabemos que não vão ser debatidas pela maioria dos partidos. E, portanto, é a demonstração perfeita da ausência de debate, da ausência de democraticidade do município do Seixal, que é onde a CDU se sente mais confortável. Apenas só para completar, dizer que a CDU em Lisboa, votou a favor da proposta de limitação que aqui o Samuel trouxe. Portanto, dois pesos e duas medidas. Lá, como não somos nós que mandamos tem que haver democracia. Aqui a democracia que se dane!

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Temos ainda uma moção do Chega, que é – “Um Hospital livre de política.” Nuno Capucha, faça o favor.

II.13. O Grupo Municipal do CH apresentou uma Moção “Por um hospital livre de política”, subscrita por Nuno Capucha.

(Documento anexo à ata com o número 13).

Nuno Capucha, do CH, disse: “Eu prometo que serei breve. Não era nestas condições que eu queria apresentar a moção, e vou lê-la o mais rapidamente possível, e cada qual votará como entender. – “Apresentada pelo Chega a proposta de alteração do orçamento de Estado 2022, número 712C, referente à construção do Hospital do Seixal, foi chumbada pelo PS, com a abstenção do PCP e PSD. (Há aqui uma gralha no texto que eu escrevi duas vezes PS. É PCP). Recentemente a Câmara Municipal do Seixal, escreveu um artigo publicado em 02 de março, deste ano, no jornal “O Setubalense”. A construção do Hospital do Seixal, é uma reivindicação da população das autarquias do Seixal há muitos anos, apesar de ser um compromisso firmado pelo Estado Português, acerca de duas décadas, este equipamento fundamental para a melhoria da atividade das condições de vida das populações, ainda não foi concretizada. Qual a real importância da dignidade das condições de vida, e da saúde na guerra política para todos os partidos envolvidos no chumbo desta proposta. Esta foi uma das 309 propostas de alteração ao orçamento rejeitadas como base num cerco sanitário ao Chega, que pretende isolar 12 deputados, e em consequência os quatrocentos mil cidadãos que os elegeram. É uma clara vitória... sobre os interesses da população. De nada serve elogiar os enfermeiros, como nos preparamos, ou preparávamos para o fazer, quando se ignora os resultados de um estudo apresentado neste mês no Congresso dos Enfermeiros, que concluiu o que é evidente. Os enfermeiros estão exaustos e em sofrimento ético, assumindo que não se prestam os devidos cuidados, pela falta de meios materiais e humanos. E em resultado dessa falta de meios, agravada pela pandemia, a mortalidade sobe em Portugal o que nos devia envergonhar profundamente. Face a isto delibera a Assembleia Municipal reunida na sua 3.ª sessão extraordinária 2022, reafirmar o firme compromisso de todos os membros na construção do Hospital do Seixal, e na melhoria dos cuidados de saúde, no concelho do Seixal. Disse.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Bom, dentro da limitação de tempos, quem é que pretende intervir? Ivo Gomes.

Ivo Gomes do PAN disse: “O texto que serve como fundamento para esta deliberação, nada, pouco, ou nada tem a ver com a deliberação em si, ainda que a deliberação possa ser acompanhada por nós, ou pelas outras forças políticas, nós não podemos acompanhar este texto que tem, enfim... Queria deixar também uma pequena ressalva, num dos parágrafos diz, e cito – “De nada serve elogiar os enfermeiros, como nos preparamos para o fazer.” Ora, não elogiámos os enfermeiros, porque era um documento do PS e acabou por não ser discutido por falta de tempo. O que significa que este texto foi preparado à posteriori à entrega dos documentos por parte das forças políticas, que me parece uma postura muito pouco digna, principalmente depois de termos estado já hoje aqui a discutir aquela que deve ser a postura dos deputados nesta assembleia, e os deveres que todos temos, para com as pessoas em quem nós votaram. Portanto, julgo que fica como registo que, documentos construídos à posteriori da data que deviam ter sido entregues com base nos documentos que foram entregues pelas outras forças políticas, é muito pouco digno. Relativamente à deliberação em si, sim, é verdade o texto, mas nós não podemos acompanhar. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais alguma intervenção? Alguma questão, é? Portanto, não há mais intervenções, é isso? Eu pergunto ao proponente se não há mais intervenções? Pode intervir, se faz favor, Nuno Capucha.

Nuno Capucha do CH disse: “Bom, obviamente que no espaço que me foi concedido, seguindo as regras que são as regras desta assembleia, e por acaso, na pesquisa que eu fui efetuar, e já agora pretendo esclarecer, porque eu não admito acusações acerca duma postura pouco digna, as propostas apresentadas por mim, em nome do Chega, são fruto também dum trabalho duma equipa, e, portanto, há seriedade e não fica bem dizer que são pouco dignas, e, por acaso, houve uma coincidência. E essa coincidência foi o PS ter apresentado um – desculpe, falta-me a expressão – um louvor, aos enfermeiros. Portanto, tratou-se apenas duma coincidência. E, portanto, gostaria que nos centrássemos no conteúdo da proposta. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito bem. Vamos colocar à votação. Quem vota a favor, levanta o braço. Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Podem baixar. Portanto, esta moção foi rejeitada com os votos contra da CDU, do PS, do Bloco de Esquerda, e do PAN. A abstenção do PSD, e dos eleitos independentes. Voto a favor do Chega.

Reprovada a Tomada de Posição nº 53/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Um (1) voto a favor do grupo municipal do CH

Trinta e um (31) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal da BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1

Cinco (5) abstenções dos seguintes eleitos:



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do Independente Soraia Rosário: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Alguma declaração de voto? Rui Belchior, e depois Samuel Cruz. Ah, peço desculpa. Armando Farias, faça o favor.

Armando Farias, da CDU, em declaração de voto disse: “A CDU votou contra esta moção, porque como já foi dito, mistura várias questões, e além do mais na deliberação diz assim: “Reafirmado o firme compromisso de todos os seus membros, membros da assembleia, na construção do Hospital.” Quem tem que concretizar o Hospital é o Governo, não são aqui os eleitos. Portanto, até do ponto de vista da deliberação isto está errado. E, naturalmente, para que o Governo tenha que concretizar aquilo que tem de fazer é o Hospital do Seixal, e, naturalmente, que a CDU continuará ao lado das populações a lutar e a reivindicar o Hospital o mais breve possível. Obrigado, senhor presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Rui Belchior.

Rui Belchior, do PSD, em declaração de voto disse: “Nós abstinémo-nos, e, há pouco, estávamos aqui em conferência, e afinal a CDU absteve-se do Hospital, e agora ainda fez pior. Agora votou contra. Pela primeira vez, e eu nunca pensei que este momento ia chegar, a CDU no Seixal, votou contra uma moção do Hospital do Seixal. Extraordinário! E em rigor, se me dão licença, não se vê aqui nada que possa conduzir a isso. Ou melhor, há uma coisa que é o profundo preconceito ideológico, para com aquele partido, com o Chega, que agora são 12. Mas, pelo andar da carruagem, um dia destes são 30. Porque é o que nós todos, em geral, e se me dão licença, estamos a contribuir, e a CDU parece que vai no pelotão da frente nesse intuito de fazer cada vez engrandecer mais este partido. Portanto, em rigor, diga-se o que se disser, e se o Chega publicar esta moção nas redes sociais, ninguém vai compreender. O partido tem defendido tanto o Hospital do Seixal, não há aqui nenhuma situação, nenhum facto que possa explicar esse voto contra, até porque na Assembleia da República se abstiveram, e está aqui a líder da bancada. Portanto, era só isto que tínhamos para dizer. Muito obrigado. Ah, e ainda quero dizer isto. Desculpem lá. Sobre o Hospital do Seixal, que há pouco não disse, não temos médicos, senhoras e senhores. Não temos médicos de família. A pediatria do Hospital Garcia da Orta esteve fechada meses, e nós falamos num Hospital novo. Com que médicos, pergunto eu, perguntamos nós? Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Samuel Cruz, se faz favor.

Paula Santos, da CDU, disse: “Senhor presidente, defesa da honra.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Samuel Cruz, desculpe lá. Defesa da honra, se faz favor.

Rui Belchior, do PSD, disse: “Defesa da honra de quê?

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ó Rui, isso está no regimento a defesa da honra em qualquer altura. Quer dizer, só alguns é que podem pedir a defesa da honra? Ó Rui, calma. O senhor já defendeu a sua honra várias vezes. Paula Santos, se faz favor.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

Paula Santos, da CDU, disse: “Peço, de facto, a defesa da honra, porque fui invocada na intervenção do senhor eleito, fazendo uma referência que não é verdade. Não é verdade, relativamente, quer eu, enquanto eleita nesta assembleia municipal, não é verdade também em relação à bancada, que aqui também represento a bancada da CDU sobre os aspetos que referiram relativamente à construção do Hospital do Seixal, a CDU tem estado sempre na linha da frente, na defesa do Hospital do Seixal. E não é verdade que tenha votado contra. O voto contra, tem a ver, naturalmente, com o conjunto de considerações, que nada tem a ver com a construção deste Hospital no concelho do Seixal, em que a CDU foi, de facto, a força política que tem estado sempre nesta luta. E se aquilo que já se avançou está muito longe daquilo que é a necessidade, de facto, foi com esta intervenção das populações, das autarquias e dos eleitos da CDU. Por isso, eu não admito que venham aqui fazer referências, quer a mim, pessoalmente, quer à CDU, sobre o nosso posicionamento relativamente a esta intervenção. Que fique bem claro que, no orçamento de Estado, que acabou a sua discussão na semana passada, tivemos lá uma proposta para que houvesse o reforço de cinco milhões de euros, para dar avanço a este projeto, tão necessário no nosso concelho e foi rejeitado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ó Rui desculpe lá, o Rui hoje está... Eu não estou a perceber o que é que se passa consigo? Rui, você hoje parece um comentador de televisão. Qualquer um que fale, o Rui fala. Não pode ser!

Paula Santos, da CDU, disse: “Eu ouvi-o com todo o respeito.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ó Rui? Eu interrompo a assembleia se você não se calar.

Samuel Cruz, do PS, disse: “Faça um intervalo...

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “É verdade. Estão a precisar dum intervalo. (E, se calhar, se houvesse uns balneários para um banhinho era capaz de não ser mau.) Samuel, faça o favor.

Samuel Cruz, do PS, em declaração de voto disse: “O Partido Socialista votou contra, e naturalmente que subscreve a parte deliberativa da moção, o tema que eu estava a dizer que todos nós aqui presentes, subscrevemos a parte deliberativa. No entanto, consideramos que não corresponde àquilo que o Partido Socialista acredita. Muito concretamente, aquilo que não nos permitiu votar a favor, é a questão da alteração orçamental. Este ano, estamos a aprovar o orçamento no fim de maio, temos 7 meses para trabalhar sobre o Hospital do Seixal, e vai começar a ser feito o projeto. E o projeto vai decorrer durante estes 7 meses, se já não houver nenhum recurso. Mas a Câmara Municipal do Seixal é que sabe disso, e não nos esclareceu se o prazo de recurso, se já acabou, ou não, e eu também gostava de saber a maneira como teve acesso à informação? Aqui estamos sempre a invocar a lei... e etc... e se não violou de alguma maneira também, porque é capaz de o ter feito. Isto para dizer que a alteração orçamental é uma falsa questão, neste momento. Está previsto um milhão de euros, e que um milhão de euros que sirva para aquilo que tem de se fazer no ano de 2022. E nos outros anos, está previsto o resto do dinheiro, não falta, na altura certa.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mário.

Mário Macedo, do BE, em declaração de voto disse: “Da nossa parte, e eu irei ser rápido, porque já estamos quase nas 00h00. Ora bem, o Bloco de Esquerda subscreve a parte deliberativa, como já



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

ficou demonstrado, mais uma vez, nesta mesma sessão, o Bloco de Esquerda sempre esteve, e sempre estará ao lado do Hospital do Seixal. E até seria, em jeito de resposta ao senhor deputado Rui Belchior, até seria interessante fazer uma sessão temática sobre a saúde e sobre o Hospital do Seixal, porque há aqui algumas dúvidas e questões, e pelos vistos, novidades que o senhor vice-presidente nos trouxe, que seria interessante fazer uma sessão só sobre esse assunto. De resto, o Bloco de Esquerda reafirma que acompanha a parte deliberativa desta moção, mas, realmente, os considerandos, nós nunca poderíamos subscrever este tipo de considerandos. Aliás, uma moção que diz – “Hospital, erro de política”, mas depois tem três parágrafos onde só fala sobre política, e não escreve uma única frase sobre saúde. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado. Portanto, está terminado o período de antes da ordem do dia, e vamos parar 15 minutos para acalmar e descansar um bocadinho.

III – Período da Ordem do Dia.

III.3. Delegação de Competências do Município para os Agrupamentos de Escolas/ Escolas Não Agrupadas. Minutas de protocolos. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 14).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ora bem, passamos para o período da ordem do dia, o 1.º ponto, que é a ata n.º 21. Nós vamos, se não virem inconveniente, fazer aqui um ajustamento que é: precisamos de resolver aqui uma questão, ainda em relação às atas, que os serviços estão a tratar, e, portanto, estas 2 atas, nós votamos a seguir... Portanto, passamos para o ponto 3, que é delegação de competências do município, para o desenvolvimento das escolas, escolas não agrupadas, minutas e protocolos, e tem a palavra o senhor presidente da Câmara Joaquim Santos. Faça o favor.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito obrigado, senhor presidente, senhores eleitos. Com esta deliberação, concretizamos mais um passo de delegação de competências, neste caso, na área da educação, do município, nos diretores de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. A Câmara Municipal do Seixal, recebeu a informação do Ministério da Educação, no dia 28 de março, poucos dias antes do processo de transferência de competências a ser concretizado, como já tinha informado, sobre os montantes que iriam ser transferidos para o município. A nossa expectativa era que conhecendo o mapa que tinha sido publicado em 2019, com essas verbas, a de que essas verbas competiam para a contabilização de 2018, que fossem atualizadas em 2022. De facto, não foram atualizadas e é preciso que sejam, efetivamente, atualizadas. Entretanto, a Câmara Municipal, já recebeu duas transferências relativas, supostamente, a esses montantes de 2019, mas a verdade é que quer na transferência de abril, quer na transferência de maio, os montantes não batem certo com o duodécimo calculado sobre os valores de 2019. Portanto, faltam valores para os quais nós não conseguimos determinar, ainda, a razão, nem houve uma informação esclarecedora relativamente a essa notícia. De todo o modo, as escolas precisam de ter as verbas para poderem funcionar, e a Câmara Municipal do Seixal, aquilo que vai fazer é, com as verbas que recebe do Ministério, aquelas referentes a 2019, mesmo não as tendo recebido, mas o cálculo é sobre a verba que foi publicada em 2019, o que vamos fazer é distribuir essa mesma verba, por todas as escolas, exceto a parte de despesas com o pessoal. Porque essa componente de despesas com o pessoal será paga diretamente pelo município. E é isso que tratam estes vários protocolos de relação de competências, da Câmara Municipal, dos diretores de escolas, dos agrupamentos de escolas, e es-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

colas não agrupadas. Para cada um, foi utilizado um cálculo, sobre o que foram as despesas decorridas, e sobre as mesmas foram então distribuídas essas verbas que o Ministério informou que iria transferir. Consideramos que esta deliberação é extremamente importante e crítica, para que as escolas possam fazer face aos seus compromissos. Isto é, desde 02 de abril que há escolas que não pagam eletricidade, telefones, gás, a fornecedores, porque o Ministério enviou as verbas para a Câmara. Mas a Câmara, ou qualquer Câmara, só pode transferir as verbas para um outro organismo do Estado, se houver um contrato como este que aqui está expresso na nossa deliberação. É assim que diz a lei 75 de 2013, e para o efeito, foi preciso existir deliberação na Câmara Municipal, e agora a deliberação na assembleia municipal. Como se isto não bastasse, todo este tempo de espera, aquilo que nos é transmitido pelos diretores de agrupamento, pelas secretarias, e tesourarias das escolas, é que mesmo a Câmara Municipal pagando – vamos fazê-lo amanhã – se a Assembleia assim o decidir, e mesmo que a Câmara Municipal pague amanhã, as verbas para cada escola, cada escola amanhã o que vai fazer é recebendo este dinheiro nas suas contas, vai emitir uma guia para o Ministério das Finanças, para o dinheiro, e para o Ministério das Finanças, e depois vai requisitar no portal do IGEF – Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Educação, que essas verbas possam ser autorizadas a regressar. Portanto, isto, de facto, é notável. O IGEF manda para a Câmara, a Câmara retira a parte dos trabalhadores, a Câmara remete para a escola, a escola manda para o Ministério das Finanças, que, por sua vez, o IGEF autoriza ao Ministério das Finanças a devolver à escola. É isto a transferência de competências do PS, que esteve 4 anos para pensar sobre o assunto, e mantém-se tudo igual, com este tipo de situação completamente inacreditável. Mas é a realidade. Nós iremos fazer a nossa parte, e é isso que estamos aqui a fazer. Todos os recursos foram publicados pelo Ministério da Educação. Publicados, foram pagos e publicados. Vão ser entregues às escolas. Esses diferenciais, nós iremos pedir ao governo. Já em abril houve um diferencial de cinquenta mil euros, em maio, mais um diferencial de cinquenta mil euros, a menos, não é, e que ninguém consegue explicar. Já vamos em menos de cem mil euros. Mas, no entanto, aquilo que vamos dar às escolas, é exatamente o valor sem esses diferenciais, sem essas reduções. Por isso, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores eleitos, como nós dizíamos e tínhamos razão, o processo de transferência de competências do PS, é uma enorme trapalhada. É uma enorme trapalhada, sem informação, completamente opaco, sem pensamento estratégico, sem pensamento profissional, e, de facto, as escolas, os professores, quem trabalha sobre os processos diz, de facto, - “Como é que é possível isto acontecer?” Mas é esta a transferência de competências que o PS decide fazer. E já agora, dizer que o PSD na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, no congresso, também aprovou. Agora é que está contra, mas já vem tarde, não é, já vem tarde. Volto a referir uma questão importante e substantiva nesta deliberação, é a questão mais operacional, é que, de facto, as escolas precisam de ter estas verbas, para mandarem para o Ministério das Finanças, para depois poderem receber novamente, e só a partir daí é que depois podem utilizar para fazer face às suas despesas de funcionamento. Nesse sentido, peço a todos os eleitos da Assembleia Municipal, que mesmo sabendo que é uma enorme trapalhada, que a nossa intervenção, foi uma intervenção assertiva, transparente, democrática, e eficaz, no sentido de podermos dotar as escolas com os recursos que é possível dar, neste momento. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Obrigado, senhor presidente da Câmara. Intervenções sobre este ponto? Rui Belchior, Tomás Santos, Mário Macedo. Faça o favor, Rui.

Rui Belchior, do PSD, disse: “Vou tentar ser breve. Começo por citar alguém para nós insuspeito, Mário Soares, para responder até ao senhor presidente da Câmara. – “Só os burros é que não mu-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

dam de opinião.” Mais à frente, voltarei a citar Mário Soares, neste propósito. No quadro do famigerado processo de descentralização de competências do poder central, para o poder local, que estamos hoje a discutir e a deliberar as competências do município para as escolas. Nesse sentido, cumpre salientar, mais uma vez, que este processo de descentralização, supostamente, devia estar fechado em 2018, continua com graves deficiências e deformidades. O Partido Socialista, neste processo, tem revelado a sua faceta autossuficiente, centralista, centralizadora, que tudo, e todos, quer controlar. De resto, este centralismo está a condenar a faixa interior do país, à desertificação, entre outros problemas, cada mais esvaziado nas suas populações, e um território abandonado, assim é que é. Um território que não produz, é um território abandonado. E esta reforma é o que está a conduzir à falta de coesão, e ao abandono total do território. No nosso entender, o Governo está a apostar em criar o caos e a confusão, e pior que isso, está apostado em colocar autarcas contra autarcas. Na verdade, estamos a gorar uma oportunidade de realizar uma reforma que podia ser histórica, um processo, que até agora, configura apenas o PS, uma fraude. Podíamos todos apelidar, inclusive, como já alguém disse – “Que fraude socialista. Com estas políticas, não admira que hoje, Portugal seja o carro vassoura do pelotão europeu, condenado pela mão invisível dos socialistas, ao empobrecimento cada vez mais irreversível.” Quando o que se exigia era apenas critério, e transparência. Até aqui o Governo não cumpriu nem prazos, nem condições. Desrespeita os autarcas e engana as pessoas. O PSD é convictamente a favor da descentralização. Ainda agora foi por sugestão do PSD, que as verbas de vinte mil euros anuais, para encargos com a manutenção, e conservação de equipamentos escolares, passaram a trinta mil euros anuais. E sim, continuam a ser manifestamente insuficientes. Mas para o PSD está claro é que o Governo não quer uma verdadeira descentralização. Vamos até mais longe. Julgamos que o governo socialista está apostado em fazer fracassar este processo, para criar uma sensação e um sentimento nas pessoas, de anti descentralização, e de antirregionalização. É por isso muito urgente salvar o processo, concedendo às autarquias um verdadeiro poder de gestão, com critérios rigorosos, e, sobretudo, justos, de atribuição dos envelopes financeiros necessários. Não é possível atribuir dotações idênticas, às praticadas em 2009, na célebre festa de Sócrates. Ou atribuir cêntimos por metro². Das duas, uma. Ou o Governo está a brincar com as pessoas, ou não tem nenhuma ideia da realidade. Caso contrário, se não há dinheiro, ou não se faz, ou gasta-se o que era para outra medida, o que naturalmente vai criar, outra vez, um sentimento de anti descentralização nas pessoas. Não podem as autarquias assumir competências tão complexas como nas áreas de ação social, saúde, e educação, e verificar as discrepâncias de milhões de euros, entre as necessidades identificadas, e as verbas atribuídas. Sendo certo, e estamos convictos, que um euro aplicado pelas autarquias, é muito melhor aplicado, do que aplicado pela administração central. Bom, muito melhor ainda se a autarquia for uma autarquia social democrata, claro está. Com políticas deste tipo que estão, por isso, condenadas ao fracasso e instrumentalizam as populações contra um processo que tinha tudo para ser um sucesso. Na verdade, o erro, não está no processo, mas sim, na forma como isto está a ser pessimamente conduzido. O governo socialista não cumpriu, não dialoga, não apresenta cálculos, e pior que isso, não dá informação. É de tal forma, e é lamentável este facto, que a Câmara do Porto, até já aprovou uma proposta para a sua saída da Associação Nacional dos Municípios, e em consequência do processo de descentralização de competências. Este processo de descentralização, ficará sempre incompleto. Basta um município não aceitar, acrescentava a Ministra Ana Abrunhosa, numa espécie de chantagem, e de responsabilidade, a quem ousar, ou pensar em não aceitar as competências. Ou seja, ameaçam-se os municípios que rejeitam alinhar no processo do Governo. Já a insuspeita presidente da associação socialista, a Associação Nacional de Municípios, digo, a socialista Luísa



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

Salgueiro, que também é presidente da Câmara de Matosinhos, apelou à união dos municípios, e citou Mário Soares. – “Só os burros não mudam de opinião.” Lembrando que o novo processo começou no dia 01 de abril, alertando que os problemas têm de ser ultrapassados, portanto, reconhece que há problemas que têm de ser ultrapassados, e não podem uns dizer que vão ter uma interlocução a um nível, gerando depois uma espécie de autarcas de primeira, e de segunda. Não fomos nós, nem o Partido Social Democrata que disse isto, foi Luísa Salgueiro. Portanto, era isto que tínhamos para dizer. Naturalmente que votaremos a favor desta deliberação. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tomás Santos, faça o favor.

Tomás Santos, do PS, disse: “ Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, folgo em ver que ainda não se esqueceu que é o presidente desta Câmara. A restante vereação. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e restantes eleitos, caros trabalhadores do município, caros munícipes. Como sabem o Partido Socialista é um partido cujo passado e presente, provam bem a importância que dá ao princípio da subsidiaridade. É nos atos, e nas atitudes, que se prova qual a força política que é verdadeiramente defensora do poder local democrático. Ao partirmos para este processo de descentralização, sempre soubemos que não ia ser um processo fácil. Transformar a sociedade, nunca é um processo fácil. Também sempre soubemos dos desafios que íamos ter pela frente. Mas com muito diálogo com os municípios, com muita concertação, e com muita solidariedade, acreditamos, e continuamos a acreditar que esta descentralização é um passo rumo ao futuro certo. Um futuro com autarquias mais mais capazes de responder aos desafios, e com isso, aproximando o poder das pessoas. É à luz desta iniciativa que temos de colocar em perspetiva...o decreto-lei 21/2019, 30 de janeiro, que é o decreto que consagra a descentralização na área da educação. Se nos perguntam se este é, ou está a ser um processo perfeito, não é, nem nunca poderia ser. Também há vontade da transformação que está aplicada. Mas nunca deitaremos a “toalha ao chão”, nunca abandonaremos o barco, nunca desistiremos de, com as autarquias, levar este projeto a bom porto, a contento das populações. É centrada nesta perspetiva, que a questão suscitada por este ponto deve ser colocada. Ao contrário de nós, há quem tenha tudo feito para que este processo corra mal, para que este processo não vá por diante. Há quem vá para as reuniões com o Ministério da Educação, dizer que as reuniões no Ministério da Saúde, as coisas andam mais rápido, e para as reuniões com o Ministério da Saúde, dizer que nas reuniões com o Ministério da Educação, é que as coisas andam mais rápido. Há quem, desde a primeira hora, se diga defensor da regionalização, para ser contra a descentralização, impedindo uma e outra. Há quem se diga a favor do poder local democrático, mas quando chega a hora “H”, tudo faz para diminuir a capacidade das autarquias de intervirem no seu território. As críticas do Senhor Presidente da Câmara Municipal, na intervenção que faz, são, basicamente, e sucintamente, 4. Que a proposta de moldura financeira a transferir pelo Instituto de Gestão Financeira – IGEFJ, para o município, não é suficiente, que o número de trabalhadores não é suficiente, que os trabalhadores não tinham direito a horas extraordinárias e medicina no trabalho, que agora passam a ter, e que o processo é burocrático, e confuso, uma vez que o IGEFJ, passa agora a transferir os valores para as autarquias, para estas transferirem para as escolas, quando antigamente o IGEFJ, transferia os valores diretamente para as escolas, não se compreendendo, em suma, qual a utilidade ganha com este processo. Ora então, olhemos com maior profundidade quanto a estas questões Quanto às verbas transferidas, o decreto-lei 21/2019, como já referi, estabelece um conjunto de critérios que fixam os encargos, que, por sua vez, geram uma aplicação financeira a transferir para as autarquias. Ora, o que há, verdadeiramente, é uma divergência entre a autarquia e o Estado, quanto ao que é abrangido por



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

estes critérios, o que consoante a tese que se aplique, aumente, ou não a dotação a transferir. Por exemplo, nos encargos com o pessoal não docente, o Estado faz o cálculo desses encargos, com base nos mapas mensais que o município faz chegar aos serviços do Estado competente. A IGEFJ-LVT que é o serviço do Estado regionalmente responsável. Já o município faz a leitura, indo buscar mapas de 2018, para vir tirar a conclusão que este pacote financeiro está desatualizado. Outro exemplo. O município incluiu, no âmbito dos encargos, os custos dos equipamentos pedagógicos, entre os quais: imobiliário, como mesas, ou equipamentos para laboratórios. Ora, de acordo com o decreto-lei 21/2019, a responsabilidade por esse tipo de encargos, continua do lado do Estado, não se tendo transferido para a autarquia. O que aqui se passa, é o mesmo que aconteceu com o processo de remoção do amianto, tratando-se dum verdadeiro embuste. A autarquia, quiçá, deliberadamente, aumenta o âmbito dos custos incluído no cálculo da dotação, incluindo dentro desses custos, coisas que não deve incluir, ou utilizando truques de cálculo, de forma a que os resultados sejam superiores aos montantes que o Estado pretende transferir, para com isso poder dizer que esses montantes são insuficientes. Não obstante, os serviços de educação regionais competentes no nosso território, a IGEFJ-LVT prontificaram-se, de imediato, para que fosse realizada uma reunião da comissão de acompanhamento deste processo, a fim de ser consensualizado entre o Estado e a autarquia o que deve ser abrangido pelos encargos. Ora, esta disponibilidade foi remetida ao município, no passado dia 04 de maio, e estamos a dia 30 deste mês, e essa reunião ainda não se realizou. E de quem é que é essa responsabilidade pelo agendamento dessa reunião? Do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que é quem preside a esta comissão de acompanhamento. Também convirá dizer que é falso que o Ministério da Educação, não tenha respondido ao que quer que seja, por parte do município. A IGEFJ-LVT tem trabalhado permanentemente com o município, desde dezembro do ano passado, e já se puderam contar com 7 reuniões de trabalho, sendo intermediadas com respostas, de forma a que o município pudesse estar o mais confortável possível com este processo. Aquilo a que o Senhor Presidente da Câmara diz que o Ministério não respondeu, trata-se, na realidade, duma reclamação técnica a um mapa... o que não compete ao Ministério da Educação responder. Ao nível da reclamação, também nunca foi endereçado ao Ministério da Educação, aliás, como, de resto, não deveria ser. A competência para a revisão desta lista, é da comissão de desenvolvimento, criada no âmbito do decreto-lei 21/2019, e não do Ministério da Educação. Isto está escrito na lei, e o senhor presidente sabe bem, e trata-se de mais um embuste. Já quanto ao número de trabalhadores, o Ministério da Educação, assegurou a abertura dos necessários procedimentos de contratação, bem como a transmissibilidade da competência de recrutamento para o município. Portanto, se o município diz que não tem trabalhadores suficientes, é porque ainda não agilizou as diligências necessárias para o efeito, apesar de ter instrumento para tal. Em suma, se não há trabalhadores suficientes, é da competência do Senhor Presidente da Câmara, do seu executivo, e de mais ninguém. 3 – Já quanto àquela que o município diz ser a grande promoção que os trabalhadores passaram a ter, ao passarem para a autarquia. Isto é, a medicina no trabalho, e as horas extraordinárias. Há que informar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que, de acordo com o número 1 do Artigo 3.º, do regime da segurança e higiene do trabalho, nenhum trabalhador da administração pública, está sujeito a este regime. Se esta é a grande promoção que o senhor presidente dá aos trabalhadores, não percebo porque é que vem a correr, delegar estas competências nas escolas. Mas a isso já lá iremos. Quanto às horas extraordinárias, há que referir que se alguém não teve lugar a remuneração por horas extraordinárias, não foi porque elas não existissem, mas foi porque os senhores diretores do agrupamento, as mesmas, não solicitaram. O que nós, seriamente, temos dúvidas. Uma vez mais, é uma promoção tão grande, e o Se-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

nhor Presidente da Câmara vai delegar essas competências, novamente, nos senhores diretores, mantendo tudo na mesma, tal como estava. Parabéns, senhor presidente. Como presidente da Câmara, eu não sei, mas lá como Houdini, não há melhor. Por fim, quanto à questão de quem transfere o dinheiro para quem. Por detrás dessa narrativa, está a verdadeira questão que nos traz aqui hoje. O decreto-lei 21/2019, que concretiza, como disse, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais, no domínio da educação, visa dar mais competências funcionais aos municípios, procurando como referido supra, dar resposta ao princípio da subsidiaridade. Ou seja, tornar as decisões mais próximas das pessoas, e dos territórios, bem como da sua esfera de necessidades, consubstanciando-se em respostas mais úteis, sustentadas, e imediatas. Por isso, este decreto-lei, é muito mais do que uma mera transformação de municípios, em espécie de entrepostos financeiros. Entre o IGEFJ e o município, entre o município e as escolas, o que seja. Mas se os municípios depois não são capazes de aproveitar este instrumento para realizarem melhor aquilo que é a sua própria política educativa, é uma escolha que lhes cabe, no âmbito da autonomia, autonomia que vocês tanto falam. No âmbito da sua independência, há uma perda para o projeto educativo municipal, que se quer sustentável e territorialmente adequado, mas é uma escolha de quem dirige politicamente o município, e que arcará com as consequências dessa escolha. A nós, Partido Socialista, cabe-nos assim, findo todo este processo que, lamentavelmente é mais uma oportunidade perdida pela autarquia, saudar o agrupamento de escolas no nosso município, que, uma vez mais, à falta de capacidade de agarrar mais esta oportunidade por parte do município, dizem, uma vez mais, presente, como disseram durante a pandemia, e em todos os momentos para os quais foram convocados. Temos uma das melhores educações do mundo, e isto é relevante, porque enquanto outros vêm aqui defraudar a nossa educação, e o estado da nossa educação, nós somos reconhecidos internacionalmente pelo estado da nossa educação, como fomos reconhecidos recentemente pela OCDE. Deverá ter mais atenção a isso, em vez de estar tão pro-ativamente a tentar denegrir a educação do nosso país. E isso muito se deve às nossas comunidades educativas, que nunca viraram a cara ao desafio, que nunca viram a cara a um desafio, como aqui estão a fazer, e para eles, a nossa mais profunda palavra de solidariedade, pois ao contrário doutros, nós estaremos sempre ao seu lado. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mário Macedo, se faz favor.

Mário Macedo, do BE, disse: “Muito obrigado, senhor presidente. Senhor Presidente da Câmara, bem-vindo, senhor secretário. O grupo do Bloco de Esquerda, e eu estive a ler as minutas e os documentos, e temos 5 questões para lhe fazer. A questão n.º 1 é: qual o motivo da exceção da Escola João de Barros, no que diz respeito às refeições? A questão n.º 2 – relacionado com a ação social e escolar, e a questão das refeições, no pré e no 1.º ciclo, que antigamente eram da responsabilidade da Câmara Municipal do Seixal, e agora, estas foram delegadas para a escola. Qual é o motivo, qual é que foi o racional por detrás desta decisão? 3.ª questão - As direções escolares, têm capacidade para garantir a manutenção dos edifícios das suas sedes? 4.ª questão – A cláusula 20, e nós lemos a cláusula 20, da minuta, e até ficámos bastante preocupados. Achemos que é uma novidade, que nos deve preocupar a todos. A Câmara Municipal do Seixal, parece que quer ser polícia, e juiz, ameaçando reter dinheiro, a quem não tiver capacidade de entregar o relatório trimestral. Nós devemos exigir responsabilidade e rigor, e promover a excelência no serviço público, sem dúvida, mas não podemos punir as crianças por erros da gestão intermédia, ou por má vontade dos serviços. Nós agradecemos que nos explicasse melhor esta cláusula 20? Por último, a última questão, relacionada com atividades de animação e apoio à família, no pré-escolar, porque é que não



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

são transferidas para os agrupamentos se a Câmara Municipal, não tem mostrado vontade para as executar? Apenas na Quinta do Conde, existe, e é o único exemplo, onde estas atividades foram transferidas para as escolas. Se a Câmara Municipal do Seixal, não tem interesse, vontade, ou capacidade, porque é que não delega nas escolas, que, certamente farão um bom trabalho? Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mais intervenções? Logo uma segunda volta. Armando Farias. Mais? Fechamos aqui, é? Parece que sim. Tomás Santos? Bom, então fechamos com o Armando Farias, e o Tomás Santos. Faça o favor.

Armando Farias, da CDU, disse: “Obrigado, presidente. Quanto ao diagnóstico deste processo, parece haver um largo consenso, que, de facto, isto foi uma grande trapalhada, e continua a ser uma grande trapalhada, não é? Pelos vistos, apenas o Partido Socialista continua ainda a defender aquilo que é indefensável. Em termos de diagnóstico, penso que é uma evidência. São factos e não há muito a falar sobre isto. Eu acho que devemos valorizar o papel do executivo camarário, neste processo, porque foi com a sua intervenção, que, apesar de tudo, se conseguiu alguns avanços neste processo. Já foi aqui referida a questão da verba anual para a conservação que passou a um valor muito significativo anual, e continua a ser ainda muito deficitário, em relação às necessidades, as transferências são ainda muito, muito diminutas, mas foi pela intervenção da Câmara que foi conseguido esse objetivo. Depois, a questão também das comissões de acompanhamento. Foi aqui referido as questões do acompanhamento. As comissões de acompanhamento para serem eficazes e para terem substância, têm de ter elementos. E o problema é que com esta trapalhada toda, não é, não é possível fazer uma discussão séria se não levarem esses elementos. Isto é um problema. Portanto, as comissões de acompanhamento, é para acompanhar aquilo que se está a desenvolver, e continua a haver esta trapalhada. Portanto, isto é uma dificuldade que existe. Depois, foi aqui falado na escola pública, e na degradação da escola pública, e valorizada a escola pública. A escola pública, é uma conquista do 25 de abril. É que o 25 de abril, de facto, fez a escola pública. E o problema é que os sucessivos governos, têm vindo a degradar. Esse é que é o problema. Não se pode pôr a questão ao contrário. Portanto, não se pode estar a defender aquilo que é indefensável. Foram os sucessivos governos que têm vindo a degradar a escola pública. E foi dito, e muito bem, que tem sido o poder local, que tem substituído o Governo nas suas responsabilidades, nas suas funções, que são as funções do Estado, não é, e esse é que é o problema. Portanto, este processo de transferência continua a ter enormes problemas, apesar de tudo, os professores, os auxiliares educativos, já vão ter benefícios em relação a condições de trabalho, o Governo, portanto, o está a diminuir e a pôr, passando para a Câmara eles vão ter melhoria... foi o fim das horas extraordinárias, foi referido a questão da medicina no trabalho, e das condições. E, portanto, são estas questões que nós temos que nos debruçar. O senhor eleito Rui Belchior deu como exemplo as autarquias nesta matéria, das autarquias do PSD não disse nada em concreto, e não sei se se estava a referir a um presidente duma Câmara, ali para o lado da linha, que esteve no xilindró? Não sei se era a isso que se queria referir. Obrigado, senhor presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tomás Santos.

Tomás Santos, do PS, disse: “Eu acho que o senhor eleito da CDU, não ouviu nada daquilo que eu disse. Eu tenho a intervenção escrita, e depois posso-lhe passar. Se calhar, estava à procura dum modelo educativo da Rússia, ou algo do género. Mas, eu volto a repetir, mas agora mais sinteticamente. Em primeiro lugar, e há uma coisa que eu me esqueci de referir que é: além do mais, no âmbito da Assembleia da República, e do poder deliberativo a nível nacional, foi aprovada uma al-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

teração ao orçamento de Estado, que aumenta o valor por escola que estava no orçamento de Estado, para transferência. Portanto, até aí, houve uma colaboração dos órgãos e das instituições, para que este processo pudesse correr o melhor possível. Mas eu acho que o senhor eleito não percebeu. Eu vou tentar sintetizar. Há este púlpito para construir, e há alguém que diz assim – Este púlpito, precisa de todos os elementos que aqui vê, para ser construído. Mas depois há alguém que diz – Não, mas devíamos ornamentar aqui com uma coisinha, devíamos ornamentar aqui com outra coisinha e só assim é que isto é um púlpito. E quem está a ver diz assim – Pois, mas um púlpito de ouro, eu não consigo. Um púlpito, eu consigo. Um púlpito de ouro, eu não consigo. E, portanto, se são púlpitos de ouro que nós precisamos na nossa escola, eu não sei. Quanto à comissão de acompanhamento, eu acho que, se calhar, eu não fui claro. O que há é uma trapalhada criada pela própria Câmara Municipal, que decidiu mudar os critérios, que são descritos na lei, e que são harmonizados por todos os outros municípios. E o que acontece, é que os serviços centrais do Ministério da Educação, prontificaram-se, e neste caso, os serviços... melhor dizendo, prontificaram-se a, em sede de comissão de acompanhamento que é o local em que todas as instituições envolvidas neste processo, se podem reunir para consensualizar uma proposta. Isto não é postura dialogante. Há uns critérios que são aproveitados pelo resto do país, aqui no Seixal são diferentes, e os próprios serviços regionais dizem – Tudo bem. Vamos consensualizar. Vamos chegar a um acordo sobre aquilo que está dentro dos critérios. E a Câmara Municipal o que é que fez? Não reuniu a comissão de acompanhamento, para depois poder vir aqui dizer que é o Estado que não quer... Porque a realidade é que nós quando começamos a procurar a informação, começamos a desmontar a vossa narrativa, vemos que não é bem assim como vocês dizem. Sempre, e em todos os processos. Por alguma razão é que no município do Seixal, qualquer coisa demora décadas a ser construída. E há aqui uma coisa que eu aqui tenho que dizer que é: eu não conheço um responsável autárquico que fale da educação do seu município, como eu vi aqui hoje. Não conheço. E, portanto, se calhar, convinha mais olhar para dentro, e menos espiar os problemas com a responsabilidade dos outros. Porque nos outros sítios isso não se passa, e eu continuo aqui à espera de perceber, o que é que o Seixal tem de especial, para aqui ser diferente, aqui ser pior. Eu só vejo uma coisa. É o poder autárquico da CDU, que cada vez é mais reduzido. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “3.ª ronda de inscrições? Não há? Eu inscrevi-me. Também se inscreve? Pronto. Muito bem. Também nem estava a pensar, e o Senhor Presidente da Câmara vai, naturalmente, e ainda tem de esclarecer todas as questões aqui colocadas, mas notas breves. E esta última intervenção suscitou muito isso, e na primeira também. Vamos lá ver uma coisa e que fique claro o seguinte: as questões colocadas pela Câmara do Seixal, e que estiveram já na Assembleia Municipal, e que vêm aqui hoje, novamente, não são um problema da Câmara do Seixal. Bom, se o fosse, teria que se fazer uma reflexão e dizer o que é que há aqui que tem de ser melhorado. E não, senhor eleito. Olhe que não, senhor eleito. É a realidade do país. É evidente que dirão – Ah pois, o senhor presidente, porque é também vice-presidente da Associação Nacional de Municípios, conhece a matéria, e acompanha, aí eu quero dizer que sim, e os senhores sabem isso. Estive praticamente em todas as reuniões de negociação com o Governo, estive na Assembleia da República, há uma semana, quinze dias. Estive nas reuniões com as câmaras na maior parte do país, e na área metropolitana de Lisboa, e a realidade, que é aqui que me cabe, que é a Câmara do Seixal, que é a realidade do país. E, portanto, que não se meta a cabeça na areia e que se faça o contrário. Que é o que a Associação Nacional de Municípios colocou ao Governo – Olhe, senhor eleito, veja a intervenção da presidente da Associação Nacional de Municípios, na audição da As-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

sembleia da República. Pode andar para trás. Hoje as televisões permitem isso, lá as boxes. Ande para trás, e veja. Era bom. E mostre à bancada do Partido Socialista, porque o pior que se pode fazer na transferência de competências, na educação, e noutras áreas, mas agora na educação, é, de facto, não resolver os problemas, e fazer demagogia, e dizer que no Seixal é que não se resolve. Está enganado. Olhe, na área metropolitana de Lisboa, por unanimidade, os problemas são todos estes, e o presidente da Câmara aqui disse, e já tinha dito antes. Veja o documento da área metropolitana de Lisboa. Veja as deliberações do concelho diretivo. Veja a deliberação que emitiu o parecer desfavorável, e que vai manter, quero-lhe dizer, na próxima segunda-feira, não tenho dúvidas, em relação ao orçamento de Estado. E uma das matérias são os problemas por resolver. Por isso, deficiência de verbas, não é o problema de não ter ouro. O problema essencial, é que as dotações, não chegam para funcionar a escola. Que as votações são de 2018. O que está a receber a Câmara do Seixal, nem sequer atualizadas são. Que mesma verba? Que mesma verba? O problema é que o Governo está a transferir encargos e não está a resolver os problemas da educação em Portugal. Porque a questão do Seixal, é igual à de Aveiro, é igual à de Portimão, é igual à do Porto. E até está em debate, como sabe. Ou seja, o Governo não transfere as verbas necessárias, o Governo não tem plano para a recuperação das escolas que não têm intervenções há dezenas de anos, o Governo não cumpre a lei porque não fez as portarias para os transportes escolares, não foram transferidas as verbas, não é? Para a manutenção das escolas, grande coisa, pá! Aumentou de dezasseis para trinta milhões, mas sabem de quanto é que era esse valor? De 2009. De há 13 anos. Portanto, a demagogia nesta matéria tão séria, eu acho que não nos serve, pá. Não nos serve. E na minha opinião, não é esse o papel dos autarcas. E tanto mais, que até o Governo reconhece, e está no orçamento de Estado que faltam recursos. Quando há o artigo respetivo do fundo de financiamento da descentralização, diz que é necessário, e está lá no orçamento - atualizar a verba. O problema é que falta dinheiro para funcionar a escola. O problema é que faltam recursos e recursos humanos. Bom, portanto, e isto até já foi dito aqui hoje, mas é preciso ficar uma ideia clara, e para terminar. Não é um problema da Câmara do Seixal. É um problema do país que importa resolver e que o Governo tem que resolver em nome da escola pública, em nome das nossas crianças e jovens, em nome das famílias, em nome da educação. Esta é que é a questão central. Eu não podia deixar de dizer isto aqui, porque a realidade do país é essa. Veja as posições da associação. Veja a intervenção da presidente da Associação dos Municípios, que é presidente de Matosinhos, e é do PS. Veja a posição do concelho Metropolitano de Lisboa. E o senhor presidente poderá referir – Aprovado por unanimidade. Bom, era esta a intervenção. Não sei se há mais alguma coisa? Samuel Cruz, e Tomás Santos, para acabar.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Para defesa? Faça o favor. Desonre-se. Foi mau, agora.

Rui Belchior, do PSD, disse: “ Isto é uma pouca vergonha.

Tomás Santos, do PS, disse: “Ó Rui, desculpa, eu fui o visado. As minhas palavras, eu considero que foram mal interpretadas, fazendo uma interpretação daquilo que eu disse diferente. E eu tenho que defender a minha honra. Queres que te diga o quê? Peço desculpa. Sei que queres ir dormir.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tomás, não está a conversar comigo?

Tomás Santos, do PS, disse: “Tem razão. Tem razão. Peço desculpa, senhor presidente. Respondendo, e agora fazendo a minha intervenção, dizer que eu acho que as minhas palavras que não foram



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

bem interpretadas aqui. Eu comecei a minha intervenção por dizer que o processo, tem problemas. Tem coisas, tem desafios. E não me viu aqui, nem a mim, nem a ninguém, meter a cabeça na areia e dizer que está tudo bem. O que eu disse foi que eu nunca vi um eleito numa autarquia, falar tão mal da sua própria educação. Dizer – Isto aqui está tudo mal. Está tudo horrível. Um vereador, um responsável numa autarquia, acho eu, quer sempre dizer que o seu concelho que é o maior de todos. Era o que eu faria se fosse vereador. E o que eu vi aqui foi – Não. Isto é uma porcaria.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Samuel Cruz, faça o favor.

Samuel Cruz, do PS, disse: “ Muito obrigado, senhor presidente. Então chegados aqui, estamos de alguma maneira, aqui já sintetizados até duas matérias. É a trapalhada e a falta de dinheiro. E devo dizer que tenho uma perspetiva, mas o Tomás Santos tem uma diferente, e também tem a sua credibilidade, porque conhece aqui o Seixal, mas no caso do Tomás, e, portanto, é público, é notório, é o assessor jurídico do Ministro da Educação, e fala com todas as Câmaras, e fala com todos os municípios, e sabe o que é que lá todos vão dizer, e é com essa autoridade – e não tem problema nenhum. Pelo contrário, é um reconhecimento – é com essa autoridade que ele diz que o Seixal tem uma postura diferente daquilo que os outros municípios têm. Não é, aliás, novidade. E, portanto, se alguém fala, porque é da Associação Nacional dos Municípios, também é correto reconhecer-se que é alguém que tem, de facto, o conhecimento da matéria, porque está no sítio onde se decide a matéria com as responsabilidades claras na mesma. E, portanto, esta é uma contextualização. Não há aqui ninguém que saiba mais do que ninguém, porque todos nós temos as nossas responsabilidades. E não há nenhuma voz que seja mais avalizada que outra. Primeiro ponto, e é para contextualizar a questão. E depois vamos aqui dizer que em relação ao decreto-lei 21/2019, as duas questões que aqui estão colocadas é em relação à falta de dinheiro. O Tomás perguntou muito bem. E eu aconselho todos a irem à internet, e irem à procura numa audição parlamentar, do antigo secretário da administração da Assembleia da República, naturalmente, se é uma audição parlamentar, sobre a questão do amianto. E os deputados estão a questionar ao Secretário de Estado do Ambiente, e a determinada altura dizem isto que aqui se ouve. Porque quem diz isto é a Câmara do Seixal, e é o Partido Comunista, e diz isto em relação a todas as matérias. Querem competências, mas quando as competências vêm, o dinheiro nunca chega. É um clássico. Eu estou aqui há 16 anos, e foi sempre assim para todas as questões. É sempre assim. O PCP que devia ser um partido de vanguarda, é o partido mais conservador que eu conheço. Nunca quer que nada mude. Então, se for à constituição, minha Nossa Senhora, devíamos voltar a 1976. Não querem que nada mude. Nada. Então, diz aqui a conversa do amianto, e a conversa do amianto é importante, e sabem porquê? Com esta conversa – O dinheiro não chega, sabem o que é que aconteceu? As outras escolas todas, mudaram, e deixaram de ter amianto, os miúdos do concelho do Seixal, continuam a ter amianto. Porque o dinheiro que o Ministério da Educação dava, chegou para as outras Câmaras trocarem as coberturas das suas escolas. Só no concelho do Seixal, é que não chegou. E esse vídeo, que eu desafio todos a verem, que está na internet – Audição parlamentar, onde o senhor Secretário de Estado explica o porquê. Quando o PCP e os deputados do PCP estão sempre a dizer – O dinheiro não chega. O dinheiro não chega. Bem, de facto, o dinheiro não chega, se for com o Presidente da Câmara do Seixal. Porque eu digo assim: olhe, é para pôr com coberturas de 2mm. E eles dizem – Mas eu só ponho 3mm. Ouça, mas eu pago duas e toda a gente está a pôr duas. Se você quer três, você paga a diferença. E é por isso que nós ouvimos aqui, não é? E depois ainda disse - E queria fazer mais umas janelas e reparar mais não sei o quê. – Eh pá, mas isso, eu não pago. Ele quer fazer ele que pague. E à conta dessa exigência, e não é uma exigência, porque o dinheiro e



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

até nós vimos pela aprovação de contas que já aqui fizemos, não fez falta à Câmara do Seixal. O que a Câmara queria era esta agitação política. Porque quanto pior, melhor. Porque é deste capital de descontentamento que o PCP vive. Portanto, daquela vez as crianças continuam a ter cobertura de amianto na escola. Ficou contente, certamente, o senhor presidente, e todos mudaram, mas o Seixal não mudou. É bom, não é? Pronto. Porque não podia ser 2, tinha de ser 3mm. E o que lá está, com amianto é melhor, do que com 2mm, sem amianto. Para a sua conversa, para a reivindicação política, é verdade. Não encolha os ombros. Todos mudaram, e os nossos miúdos continuam a ter amianto. É o que é. Pronto. E aqui é a mesma coisa. Aqui é a mesma coisa, mas com uma agravante. É por isso que o senhor presidente foge ao diálogo, foge à conversa, não é? Porque aquilo que está previsto na lei, onde é que se resolvem estas situações? Porque a lei 21/2019, diz, no Artigo 66 – “Comissão de acompanhamento e monitorização, é criado em cada município, uma comissão de acompanhamento e monitorização, na implementação e desenvolvimento no quadro de competências regulado no presente decreto-lei, com competências específicas, para acompanhar, numa lógica de proximidade, o desenvolvimento e a evolução das competências transferidas. Propor a adoção de medidas, tendo em vista a concretização dos objetivos anunciados.” Mas esta comissão, que cabe ao senhor presidente da Câmara convocar, não é convocada. E o que esta comissão faz, por exemplo, parte do diretor regional, que era quem iria operacionalizar estas questões. Mas convocar esta reunião, que é a quem compete resolver os problemas, o senhor presidente da Câmara não convoca, e não convoca, porque quer fazer um comício e não quer resolver os problemas, porque a lei, quem fez a lei, pensou nos problemas que existiam na execução. Pensou, previu, e viu a forma de os resolver. Mas chamar os responsáveis, dialogar, procurar um consenso, e a melhor forma de fazer? Não. Vamos fazer barulho. Vamos fazer agitação. Porque esse é que é o estilo do PCP. É a rua, é a propaganda, não é a resolução dos problemas, não é o pragmatismo, não é o fazer as coisas. E é por isso que não quer. E, portanto, há uma trapalhada? É verdade. Mas, essa trapalhada só há no concelho do Seixal, e é provocada pelo executivo da Câmara Municipal do Seixal. É verdade. Mas convém-lhes. Convém-lhes para dizer que nada presta, que nada funciona, que nada é bom. Tem falta de dinheiro. Mas, por exemplo, vemos, e o Tomás disse aqui – “Faltam funcionários. No acordo da lei em vigor, a quem é que compete contratar os funcionários? À Câmara Municipal.” A Câmara Municipal contrata? – “Não. Diz que são poucos.” Como se a responsabilidade, neste momento, ainda fosse do Governo. Não é. A responsabilidade é da Câmara. E porque é que não contrata? O Governo tem limitações orçamentais, e, de facto... Mas esperem lá. Não faltam funcionários. Vamos lá ver se somos claros acerca disto. O que Senhor Presidente da Câmara diz é – “Se houver baixas, se houver férias, eu tenho que substituir, e tenho que ter mais gente.” Mas isso é a gestão que tem de fazer, neste momento. O Ministério da Educação, fazia uma gestão apertada, e condicionada. Se quer fazer uma à larga, se quiser contratar mais, pois que o faça. O Tomás também aqui disse que os mapas não estão atualizados. Pois, não. São de 2018, deviam utilizar outros. Foi dito, e isto tudo foi confirmado pelo Ministério. Para terminar. Se continua a ter dúvidas, e eu acho que não restam dúvidas a ninguém, que o Tomás, percebe disto a “potes”, e que desmontou isto, clarinho, clarinho. Se precisarem, ele ajuda-vos também. E pro bono.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ó Samuel, posso dizer assim num sentido de boa disposição? O Samuel está mesmo convencido do que disse?”

Samuel Cruz, do PS, disse: “Estou, estou.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “E está convencido que o Tomás sabe mais do que o vice-presidente da Associação Nacional de Municípios e que o senhor presidente da Câmara? Também está convencido disso? “Bom, sim senhor. Então, terminamos as intervenções. Ai, não. O Tomás Santos tinha pedido e para fechar. Ai a Paula? Então, a Paula e para fechar. Ó Tomás, é 01h00 da manhã, exatamente agora, e, portanto, nós vamos acabar, não é?”

Tomás Santos, do PS, disse: “Claro.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Estamos todos de acordo, certo? Pronto. Tomás, se faz favor.

Tomás Santos, do PS, disse: “Senhor presidente, em primeiro lugar, e primeiro que tudo, e não fosse aqui, outra vez, a defesa de honra, é uma intervenção, mas há uma coisa que eu quero dizer que é, ser vice-presidente, e nós vivemos em democracia, e ser vice-presidente da Associação Nacional de Municípios, ou ser presidente de Câmara, não tem um voto na matéria mais qualificado, do que ninguém. Eu não venho aqui dizer que sei disto a “potes” e que sei mais do que os outros, mas, de certeza, que não é só a opinião, porque é a sua, que é melhor do que a minha. E que isso fique bem claro. E eu não vim aqui dizer que a minha opinião que é melhor que a dos outros, só porque trabalho para o Ministro da Educação. Quem fez isso, não fui eu. Quem tem necessidade de puxar dos “galões” e das divisas, não sou eu. O PS é que deve ter a dizer alguma coisa. Mas, continuando. 67% do amianto que ainda existe nas escolas deste país, está no concelho do Seixal. Esse processo já passou, finito. Foi uma oportunidade perdida, e o mesmo vai acontecer com este processo da delegação de competências. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “ Paula Santos, então.

Paula Santos, da CDU, disse: “Muito obrigada, senhor presidente. Eu creio que as intervenções anteriores que tivemos aqui, em particular, por parte dos eleitos do Partido Socialista, foram muito esclarecedoras, e ainda bem que estas intervenções foram feitas. Porque ficamos a saber que a preocupação do Partido Socialista, não é com a melhoria das condições da educação, para os estudantes. Não é da melhoria das condições de trabalho para quem trabalha nas escolas, sejam os professores, sejam os técnicos, sejam os funcionários. Mas sim, a única preocupação, até o puxar dos “galões”, dizendo assim, a única preocupação foi fazer a defesa daquilo que é a posição por parte do Governo, e a imposição do Governo, pela mão do PSD, para impor às autarquias este processo de transferência de competências. Não. A questão aqui não se trata de mudar, nem deixar de mudar. Todas as mudanças, naturalmente se forem positivas, elas devem acontecer, e devem, de facto, avançar nesse sentido. Mudanças que, inclusivamente, a autarquia do Seixal, tem vindo a propor, várias. Na área da educação, na valorização dos seus trabalhadores, na valorização dos currículos, no reforço do investimento. Mas, para isso, o Partido Socialista não está disponível e procurou aqui, com uma retórica, e gabo-lhe o esforço que foi feito, para esconder aquilo que foi, e vou utilizar o termo que foi utilizado pelos senhores eleitos do Partido Socialista, a grande trapalhada que está a ser feita, neste processo, porque não beneficia ninguém. Se há algo, como é que é possível avançar-se com um processo de transferência de competências, de se decidir que competências é que se pretende transferir para os municípios, e não haver qualquer fundamentação, porque é que são essas competências, e não são outras. Como é que é possível decidir-se, avançar-se para um processo, de transferência de competências na área da educação, que são estas que estamos a discutir hoje, e não haver uma identificação dos meios, do que está envolvido. Estão agora que a lei está a entrar em vigor. Aliás, a partir de 01 de abril de 2022, que passaram para os municípios



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

estas competências, é que o Governo vem com um conjunto de elementos que ainda por cima não correspondem à realidade. Esta é a realidade dos factos. E quando se colocam aqui estes problemas, o objetivo é prestar, neste caso concreto, garantir melhores condições no processo de ensino de aprendizagem para os estudantes. É isso que nos move. E ficamos a saber que isto para o Partido Socialista não é importante. O que é importante, e como foi aqui colocado pelo senhor eleito, foi, de facto, encontrar aqui um conjunto de aspetos que não correspondem à verdade. Não é o município do Seixal que coloca estas questões. É a esmagadora maioria dos municípios do nosso país. A esmagadora maioria dos municípios. Sejam eleitos pela CDU, do Partido Socialista, ou do PSD. Vou-vos ler aqui uma coisa que eu creio que é importante que todos tenham presente. – “Dificuldades apontadas no processo de transferência de competências na área da educação.” E por tópicos, refere o seguinte: “Escolas em mau estado que não constam do mapeamento. Inexistência de fichas cadastrais dos imóveis para efeitos de registo. Inexistência dos seguros dos imóveis, das transferências financeiras, e não se percebe, em concreto, as verbas destinadas a cada um dos serviços. Nas transferências financeiras relativas ao pessoal, têm de ser considerados os valores correspondentes à data prevista, despesas com o seguro de acidentes, e despesas com higiene e segurança no trabalho. Há ainda que esclarecer que a ADSE, referente a novos trabalhadores, continua a ser suportada pelos serviços da administração central. A necessidade de proceder a ajustes de gastos pessoal, em particular no 1.º ciclo, e nas unidades especializadas estruturadas. Valores transferidos para o transporte de crianças com necessidades especiais, não têm em conta a realidade, e o ano letivo a que correspondem. Valores transferidos para as refeições que estão desfasados com a realidade atual. Valor previsto para a manutenção dos edifícios, e insuficiente e irreal para várias situações... (E, entretanto, agora, houve várias alterações no orçamento de Estado para 2022, mas que não são suficientes).” O que eu estive a ler foram as dificuldades apontadas pelos municípios que constam dum documento da Associação Nacional dos Municípios. É isto. E quando nós colocamos estas dificuldades, é, de facto, porque são problemas que não estão, que não foram colocados agora. Aliás, a Câmara do Seixal, tem colocado, há muito, e que foram sistematicamente ignoradas. Ainda antes da lei ser a lei, era pedido um conjunto de elementos, e nós tivemos a oportunidade de solicitar esses elementos, quando entrevistamos, e não foram facultados. Porquê? Têm alguma coisa a esconder? Mas, porque é que não houve esses elementos? Para, de facto, permitir que houvesse uma preparação de todo o processo? (Está a achar muita graça? Mas eu não estou a achar graça nenhuma.)

Tomás Santos, do PS, disse: “Eu acabei de lhe responder.

Paula Santos, da CDU, disse: “Porque aquilo que está em causa, neste momento...

Tomás Santos, do PS, disse: “É falso. É falso.

Paula Santos, da CDU, disse: “Está a dizer que é falso? Não, não é falso. Não pode ser falso...

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ó Tomás, quer que interrompa a assembleia?

Tomás Santos, do PS, disse: “Eu já disse 3 vezes que é falso.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ó senhora Paula Santos, pare lá, se faz favor. Nós só retomamos quando o Tomás Santos se calar.

Tomás Santos, do PS, disse: “Estou calado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Está calado? Pronto. Faça o favor, Paula Santos.



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

Paula Santos, da CDU, disse: “Peço desculpa, senhor presidente. Eu percebo que seja, de facto, um grande incómodo para o Partido Socialista, mas nós vamos continuar a referir aquilo que é a verdade dos factos. E não é por o senhor eleito gritar, como gritou aqui, vezes sem conta, que é falso, que passa a ser verdade, porque não é. Estas são as dificuldades concretas no dia-a-dia, e num processo em que o Governo impõe como objetivo, que não haja aumento da despesa pública. Então, se nós sabemos que há insuficiências, que não há investimento na manutenção, que há a necessidade de requalificação da parque escolar, inclusivamente de alargar o parque escolar no nosso concelho, com reivindicações muito concretas, que o Governo não tem dado resposta. Que há necessidade de trabalhadores como é conhecido pelo senhor eleito. O Samuel Cruz, reconheceu aqui que não foram contratados por parte do Governo, que deviam ter sido, e que eram da sua responsabilidade, e nem estou a discutir os rócios, estou só a discutir que se cumpra aquilo que foi decidido e é esta a retórica que se coloca? De facto, não é de seriedade colocar os pontos nesse aspeto. E senhor presidente, eu vou terminar, só para dizer o seguinte, relativamente a este processo. A posição por parte do Partido Comunista, relativamente a esta matéria, o objetivo primeiro, é assegurar a educação para todos. E assegurar que o direito à educação é universal. Assegurar que não é em função das condições, das capacidades de um dos municípios, e que, de facto, não haja discriminação entre os estudantes, e que haja, efetivamente, um investimento na educação que é fundamental, que haja um reforço nesse investimento, para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Este é o aspeto fundamental. E por isso, este processo que está em curso, não corresponde a estes objetivos. E, aliás, na prática, tomou-se um conjunto de decisões, sem estarem garantidas as condições para o seu exercício. E agora confrontados com esta realidade, aliás, o problema que reiteradamente temos colocado como a necessidade de se avaliar antecipadamente, para não chegarmos a este momento, a esta situação. Mas, relativamente a esta matéria, o Partido Socialista, o Governo fez sempre “ouvidos moucos”. Procurou referir dizendo que corre tudo sempre de “vento em popa”, e não corre nada de “vento em popa.” A realidade o que revela, é que, de facto, há um conjunto de problemas a que não foram dadas respostas. E por isso é que consideramos que este foi um processo de desresponsabilização e de transferências de encargos para os municípios, porque o Governo não quis assumir as suas responsabilidades, e descartou-se delas.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Terminadas as intervenções, tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. Faça o favor, senhor presidente.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Muito obrigado, senhor presidente. Bom, quem não tivesse ouvido a eleita Paula Santos, e só tivesse ouvido o eleito Tomás Santos, de facto, ficaria a pensar que só no Seixal é que parece que há problemas. Quando nós sabemos que existe uma grande unanimidade em termos nacionais, relativamente ao processo de transferência de competências na educação, como um fator extremamente negativo, pernicioso, e mal preparado, por parte do Governo relativamente à educação, e a seguir às autarquias. Aliás, isso mesmo foi expresso na reunião com o secretário de Estado, e as autarquias locais, Carlos Miguel, acerca de uma semana e meia, na área metropolitana de Lisboa, onde os 18 municípios aprovaram por unanimidade, uma tomada de posição bastante crítica e contundente relativo ao processo de transferência de competências, na área da educação, para além da social, e da saúde. Por isso que não haja nenhuma dúvida, e só quem não conhece os problemas, só quem não está no processo de transferência de competências com a “mão na massa” como se costuma dizer, é que pode falar como se isto fosse um cenário cor-de-rosa. Não é, e é isso que nós temos sentido todos os dias, mesmo hoje, antes desta assembleia, estivemos reunidos com mais 30 trabalhadores do agrupamento de escolas do



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

concelho. Esta foi a 5.ª reunião, em 11 reuniões, que estão agendadas, e onde estamos a constatar dia após dia, as dificuldades, os problemas que os trabalhadores e as direções dos agrupamentos de escolas sentem neste processo de transferência de competências. Relativamente aos custos, que não haja nenhuma dúvida. O Governo disse que ia transferir 11,6 milhões de euros, por ano, para a Câmara Municipal do Seixal. Mas a verdade é que nos dois duodécimos transferidos, faltam cem mil euros. E também é verdade que a Câmara apurou, 11,6 milhões de euros, mas 17,1. Mais cinco milhões e meio de euros por ano, para fazer face a estas competências. Não a outras competências, mas a estas competências. Sobre reuniões, nós tivemos uma reunião de 4 horas, com o delegado regional, e todos os diretores de agrupamento de escolas, para analisar o processo. E informámos sobre a nossa metodologia e o procedimento que estávamos a desenvolver relativamente à transferência de competências, na área da educação. Avançámos, desde logo, com uma primeira proposta que, de certa forma, não é esta agora que está aqui na deliberação, foi uma anterior, mas foi participada pelo delegado regional, e pelos diretores dos agrupamentos de escolas, escolas não agrupadas. E esta proposta que aqui está contou com o contributo dos diretores, do diretor regional, da Câmara Municipal, e agora também da Assembleia Municipal, após a votação. Estamos a reunir com os trabalhadores, com os 676 trabalhadores das escolas 2,3 e secundárias do município, e com os diretores, e no final, vamos convocar essa tal comissão, que parece que nas palavras do PS, é a questão principal, como se isso fosse importante, quando já tivemos todas estas reuniões. Também referi um aspeto muito importante com os trabalhadores. É que, de facto, o Ministério da Educação não lhes garantia o pagamento do trabalho extraordinário. É lamentável que isso tenha acontecido, e tem responsabilidades políticas. Também é lamentável que o Governo não queira abrir um processo de regularização de vínculos precários. Existem, neste momento, 56 trabalhadores a prazo, nas Escolas 2,3 e secundárias do município, sendo que esta Câmara Municipal, e este Presidente não quer saber nada disto – nas palavras dos senhores eleitos do PS – foi o Presidente da Câmara que enviou, na passada segunda-feira, um ofício ao Ministro da Educação, a sugerir e a propor que se lançasse um processo de PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública 2022, para as escolas. Com esses 56 trabalhadores precários, o responsável do PS, passavam trabalhadores a tempo inteiro, por proposta da CDU, e com isso, garantíamos também a questão das substituições, para que as escolas pudessem funcionar melhor. É uma proposta construtiva. Um outro aspeto que não ficou resolvido, e que o Secretário de Estado das Autarquias Locais, também transmitiu e que não ficou resolvido, é a questão importante de requalificação das escolas 2,3 e secundárias. Não só a questão do amianto, mas antes todo o processo de infraestruturas e edificado das escolas que não conhecem investimentos há décadas. Sobre isso, o Governo não tem nenhuma proposta e é preciso que se tenha. Até porque se somos o país da inovação, da digitalização, de inteligência, e as nossas escolas estão, ficaram paradas nos anos 80! Portanto, é preciso que o Governo encontre os mecanismos de financiamento para que as escolas 2,3 e secundárias do país, possam ser requalificadas. Já percebemos que... não há qualquer limite de financiamento para esta necessidade, e também já percebemos que... em Lisboa só existem vinte e oito milhões de euros para a requalificação de escolas 2,3 e secundárias. Vinte e oito milhões de euros, não corresponde aos cinquenta milhões que o concelho do Seixal necessita para essa requalificação. E falando em novas escolas, também não existem rubricas ou linhas de financiamento, para novas escolas como a secundária 2,3 e a secundária de Fernando Ferro, que, por acaso, o único partido que se absteve nessa resolução, foi até o Partido Socialista na Assembleia da República, perante uma petição de quatro mil e setenta assinaturas, foi o único partido que se absteve. Todos os outros partidos votaram a favor, dizendo, e afirmando, que



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

era urgente a construção da escola 2,3 e secundária de Fernão Ferro. Ainda referir-me aos aspetos que foram colocados aqui relativamente às refeições escolares. A Escola Secundária João de Barros, é a única, no município, que tem uma cozinha assegurada por trabalhadores do próprio agrupamento de escolas. É um bom exemplo que gostaríamos que outras escolas pudessem também ter, e por isso, tem aqui esta diferença relativamente aqui ao protocolo de delegação de competências. Sobre a manutenção das escolas, o governo diz que com vinte mil euros, por ano, que se faz a manutenção. Dizia que esse valor era suficiente. Por nossa pressão, agora aumentou para trinta mil, cerca de trinta mil, em média, por ano. Mas já percebemos que se comparamos os valores m^2 desta transferência de competências na educação, mesmo com este aumento, ou exatamente o mesmo processo de transferência de competências na área da saúde, verificamos que os valores, na saúde, são 3 a 4 vezes, superiores por m^2 do que são na educação. E nesse sentido, de facto, temos aqui o Ministério da Saúde que dá mais verbas para a manutenção por m^2 , do que o Ministério da Educação, que dá menos verbas, nesta ordem de grandeza. 3 a 4 vezes, é, de facto, muito, muito diferente. Também referir-me à questão relacionada com os relatórios trimestrais. É uma obrigação. É uma obrigação e um dever, que quem recebe uma delegação de competências, tem de prestar informação ao delegante. E isso é um dever legal. Claro que se não entregarem no dia (Y) não deixarão de receber, como é evidente. Nós temos esse modelo instituído com as Juntas de Freguesia, por exemplo, pese embora os atrasos que sempre existem, quer das Juntas, quer nossos, e até do ponto de vista de análise dos serviços, mas isso não invalidou que se pagassem as verbas às Juntas de Freguesia. Por isso, é, digamos assim, uma questão formal, mas, no entanto, é uma questão importante que deve ser também colocada para que exista o máximo de transparência na utilização de dinheiros públicos, que vêm do Governo para a Câmara e a Câmara remete para a escola, a escola remete para o Governo, e depois o Governo remete para a escola, outra vez. Portanto, a lei obriga-nos a este procedimento. Por isso, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores eleitos, estamos muito empenhados, no sentido de conseguirmos aproveitar melhor este processo, no sentido da valorização da escola pública. Esta é a nossa posição, e entendemos que esta deliberação constitui um fator importante para que as escolas possam ter os meios, os recursos mínimos, para que possam funcionar. E, nesse sentido, a nossa proposta é que, de facto, possamos aprovar estas deliberações e que as escolas possam a partir daqui, com estas verbas retomar o modelo do seu funcionamento mas, no entanto, dizer que a luta está acesa, e está aberta, sob o Ministério da Educação, e sob o Governo, para que consigamos mais recursos para a escola pública... que, de facto, não está a funcionar nas melhores condições, mas que com a nossa intervenção, tem que funcionar melhor. Esse é o nosso dever enquanto eleitos, que é pugnar por aquilo que são as melhores condições da educação, para as nossas crianças e jovens, e é nesse sentido que estamos, e é nessa perspetiva que vamos continuar a exigir do Governo, não só que desenvolva aquilo que são as questões importantes, relativamente à requalificação das escolas nos ensinos secundários, que assegure um contingente de trabalhadores necessários, mas também que garanta as verbas necessárias, para um adequado funcionamento das escolas no concelho do Seixal. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente da Câmara. Vamos colocar à votação esta delegação de competências. Portanto, quem vota a favor que levante o braço? Podem baixar. Quem se abstém? Podem baixar. Quem vota contra? Portanto, esta proposta foi aprovada com os votos a favor da CDU, do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do PAN, dos elei-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

tos independentes, e a abstenção do Chega. Declarações de voto? Portanto, não há declarações de voto. Confirma-se isso.

Aprovada a Deliberação nº 24 /XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Uma (1) abstenção do grupo municipal do CH

III.1. Ata nº 1/2022 - 1ª Sessão Ordinária, de 25 de fevereiro de 2022. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 15).

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para as atas. A ata número 1, de 2022, que é da 1.ª sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022, votam esta ata os presentes nesta sessão de 25 de fevereiro, e pergunto se há alguma consideração, em relação à ata? Portanto, consideramos esta ata aprovada, não havendo votos contra, nem abstenções. Portanto, está aprovada a ata.

Aprovada a Deliberação nº 22/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e um (31) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 12
- Do grupo municipal do PS: 10
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para a ata nº 2 de 2022.

III.2. Ata nº 2/2022 - 1ª Sessão Extraordinária, de 10 de março de 2022. Aprovação.

(Documento anexo à ata com o número 16).



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “A ata número 2 de 2022, que é da 1.ª sessão extraordinária de 10 de março de 2022, votam esta ata, e assim ficará registado os participantes, os eleitos que estiveram na sessão de 10 de março. Pergunto se há alguma consideração? Portanto, não havendo votos contra, nem abstenções, está aprovada a ata também,

Aprovada a Deliberação nº 23 /XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e um (31) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 12
- Do grupo municipal do PS: 10
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “coloco-vos à consideração, seguindo o procedimento regimental da aprovação da ata em minuta, e esta deliberação tem eficácia imediata. Portanto, também não havendo nenhuma consideração, consideramos aprovada a ata e a minuta. E, portanto, está terminada a nossa sessão na assembleia municipal. Boa noite, e que tudo corra bem para todos. Nada mais havendo a tratar, **O Presidente da Assembleia Municipal** deu os trabalhos por encerrados, agradecendo a presença do executivo municipal e dos membros deste Órgão.

A sessão terminou cerca da 01:25 horas do dia 31 de maio.

Nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei nº 45362 de 21 de Novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Decreto-Lei nº 334/82 de 19 de Agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovado nos termos e para efeitos do disposto no art.º 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação atualizada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e Secretários em exercício:

O Presidente da Assembleia Municipal:



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 05/2022

3.ª Sessão Extraordinária – 30 de maio de 2022

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: